

**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ  
COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ANDRESSA DE MELO SANTOS

**A QUEDA DE ALLENDE E A ASCENÇÃO DO GENERAL PINOCHET**  
**O Terrorismo de Estado e o legado do regime ditatorial chileno**

RECIFE

2016

**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ  
COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ANDRESSA DE MELO SANTOS

**A QUEDA DE ALLENDE E A ASCENÇÃO DO GENERAL PINOCHET  
O Terrorismo de Estado e o legado do regime ditatorial chileno**

Monografia desenvolvida pela aluna Andressa de Melo Santos, orientada pelo Prof. Dr. Antonio Henrique Lucena Silva e apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Faculdade Damas da Instrução Cristã como requisito final para obtenção do grau de Bacharel.

Recife  
2016

Ficha catalográfica

Elaborada pela biblioteca da Faculdade Damas da Instrução Cristã

S237q Santos, Andressa de Melo.  
A queda de Allende e a ascensão do general Pinochet: o terrorismo de estado e o legado do regime ditatorial chileno / Andressa de Melo Santos. – Recife, 2017.  
51 f.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Henrique Lucena Silva.  
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2017.  
Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais. 2. Chile. 3. Pinochet. 4. Terrorismo de estado. I. Silva, Antonio Henrique Lucena. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

CDU 327

ANDRESSA DE MELO SANTOS

**A QUEDA DE ALLENDE E A ASCENÇÃO DO GENERAL PINOCHET**  
**O Terrorismo de Estado e o legado do regime ditatorial chileno**

Monografia desenvolvida pela aluna Andressa de Melo Santos, orientada pelo Prof. Dr. Antonio Henrique Lucena Silva e apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Faculdade Damas da Instrução Cristã como requisito final para obtenção do grau de Bacharel.

Aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Antonio Henrique Lucena Silva  
Orientador  
Faculdade Damas da Instrução Cristã – FADIC

---

Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares  
Professor de Projeto Experimental II  
Faculdade Damas da Instrução Cristã – FADIC

---

Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima  
Avaliador  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

## **Agradecimentos**

A conclusão dessa jornada seria impossível se não fosse pela companhia de pessoas tão incríveis que me incentivaram a seguir em frente na graduação, me fazendo acreditar até mesmo quando tinha dúvidas se valeria a pena toda a dedicação e esforços realizados para a conclusão dessa caminhada.

Dedico este trabalho a minha mãe, minhas irmãs, meus avós, amigos e namorado, que tantas vezes foram deixados de lado para que eu concluísse a monografia. Ao meu pai, que infelizmente não pode estar presente neste momento tão feliz da minha vida, mas que não poderia deixar de dedicar a ele. A minha filha, que se tornou uma motivação a mais para a finalização desse curso.

Agradeço ao Professor Orientador Antonio Henrique Lucena Silva pela ajuda, paciência e dedicada orientação, e também aos meus colegas internacionalistas que dividiram o stress ao longo da preparação.

## Resumo

A presente pesquisa procura analisar o regime ditatorial chileno do General Augusto Pinochet sob a perspectiva da vertente realista da Teoria das Relações Internacionais, bem como os conceitos de Doutrina de Segurança Nacional; o estado de exceção, na perspectiva de Giorgio Agamben; a Razão de Estado e Ditadura, ambos descritos por Norberto Bobbio, de modo a fundamentar o terrorismo de Estado, enquanto a própria definição de terrorismo de Estado será explicada através dos doutores Enrique Serra Padrós, Argemiro Procópio e Elizabeth Lira. O recorte especial da ditadura chilena, sob o comando do General Augusto Pinochet, se dá devido ao grande número de vítimas – dentre perseguidos, presos, torturados, e mortos – ocasionado pelo regime, bem como à total supressão dos direitos humanos uma vez que o estado de exceção foi praticamente permanente durante todo o período. Além disso, a estrutura socioeconômica atual do Chile ainda é a mesma deixada por Pinochet, na qual os direitos econômicos prevalecem sobre os sociais. Assim, a partir da análise dos conceitos teóricos juntamente com a conjuntura histórica do período ditatorial e com a retratação do governo de Salvador Allende, poderemos esclarecer como o terrorismo de Estado influenciou no regime militar chileno e qual foi a herança por ele deixada.

**Palavras-chave:** Chile; Pinochet; ditadura; Terrorismo de Estado.

## **Abstract**

This study intends to analyze the Chilean dictatorship of General Augusto Pinochet from the realistic perspective of the International Relations Theory and the concepts of National Security Doctrine; state of exception, from Giorgio Agamben's perspective; Raison d'État and Dictatorship, both described by Noberto Bobbio, in order to establish grounds for the State terrorism; and the very definition of State terrorism will be given by the doctors Enrique Serra Padrós, Argemiro Procópio and Elizabeth Lira. The special cut of the Chilean dictatorship, under the command of General Augusto Pinochet, is due to the large number of victims – among persecuted, imprisoned, tortured, and killed – caused by the regime and the complete suppression of human rights since the state of exception was almost continuous throughout the period. In addition, the current socio-economic structure of Chile is still the same left by Pinochet, in which the economic rights take precedence over the social. Thus, from the analysis of theoretical concepts with the historical context of the dictatorial period and the withdrawal of the Salvador Allende government, we will be able to clarify how State terrorism influenced the Chilean military regime and which was the legacy that it left

**Keywords:** Chile; Pinochet; dictatorship; State terrorism.

## Lista de abreviaturas e siglas

APS	Área de Propriedade Social
BA	Estado Burocrático-Autoritário
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CTCH	Central de Trabalhadores do Chile
CUT	<i>Central Unitaria de Trabajadores</i>
DC	Democracia Cristã
DINA	Direção de Inteligência Nacional
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
FECH	<i>Federación de Estudiantes de Chile</i>
MIR	Movimiento de Izquierda Revolucionaria
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PSCh	Partido Socialista do Chile
SN	Segurança Nacional
TDE	Terrorismo de Estado

## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>09</b>
<b>1 A Teoria Realista e a Segurança Nacional .....</b>	<b>12</b>
1.1 O Neorrealismo .....	14
1.2 A Segurança Nacional .....	17
1.3 O estado de exceção .....	19
<b>2 A ditadura e o Terrorismo de Estado .....</b>	<b>22</b>
2.1 O Terrorismo .....	23
2.1.1 O Terrorismo de Estado.....	24
2.1.1.1 Maquiavel, Thomas Hobbes e Max Weber.....	25
2.2 O Terrorismo de Estado ou violação dos Direitos Humanos? .....	26
2.3 O Terrorismo de Estado no Chile.....	29
<b>3 Da Revolução passiva à Ditadura .....</b>	<b>32</b>
3.1 A política e o breve governo de Salvador Allende.....	34
3.2 O golpe de Estado e a ditadura de Pinochet .....	38
3.3 A herança do regime ditatorial .....	44
<b>Considerações finais.....</b>	<b>47</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>49</b>

## Introdução

A “onda” ditatorial existente na América Latina teve início em 1964 com o golpe militar brasileiro, influenciando outros golpes na Bolívia, Argentina, Peru, Chile e Uruguai. Dentre esses regimes, três merecem um destaque especial, são eles: Argentina, Chile e Uruguai. O regime ditatorial desses países foi caracterizado como terrorismo de Estado.

Uma das grandes problemáticas, que envolve esse tema, diz respeito ao contínuo questionamento dos fatos vinculados ao terrorismo de Estado, uma vez que as feridas produzidas pela impunidade e pelos casos de desaparecimento continuam abertas. Ademais, a produção historiográfica e as reflexões de áreas afins sobre as ditaduras da América Latina – sobretudo a chilena – foram praticamente inviabilizadas durante as mesmas. O patrulhamento ideológico, a censura e as duras condições de sobrevivência foram empecilhos que restringiram o debate. Nessa perspectiva é de fundamental importância, tanto para a Ciência Política quanto para as Relações Internacionais, que esse tema seja abordado mais vezes para que se traga luz à verdade obscura desses regimes opressores.

Na noite do golpe, de acordo com a versão oficial, Allende suicidou-se e o *Palacio de La Moneda* foi bombardeado. Um dia após a tomada de poder, 12 de setembro de 1973, o general Augusto Pinochet declarou que o Chile estava em guerra interna, estabelecendo o toque de recolher à meia-noite, e este permaneceu durante os 17 anos da ditadura. Durante a maior parte do tempo, a população estava em estado de sítio – decretado pelo presidente em situações de guerra ou revoltas populares, servindo para aumentar o poder do governo e tolhendo o direito de ir e vir da população – e quando não estava em estado de sítio, estava em estado de emergência – que é o resultado de uma declaração do governo em resposta a uma situação extraordinária que ameaça o país de maneira grave –, sendo assim a suspensão de direitos foi permanente durante o regime.

Entre 1973 e 1976 mais de três diretores do Partido Comunista foram assassinados e muitos dirigentes foram torturados e exilados. A perseguição também se deu para os dirigentes do Partido Socialista, alguns foram para a Alemanha Oriental enquanto outros permaneceram no país. Dessa forma, em meados de 76 a esquerda marxista chilena quase não existia mais.

O terrorismo gerado pelo novo regime causou uma paralisação social devido ao impacto da violência. As pessoas que ajudavam os perseguidos sofreram com a repressão, então muitos deles não receberam ajuda, acarretando em uma indiferença social. Apenas uma minoria seguia militando e colaborando, o resto da sociedade estava submetido à ditadura e ao discurso de Pinochet e de seus iguais. Nessa perspectiva, o Chile foi condenado várias vezes por organizações de Direitos Humanos, pela ONU e pela OEA. Isso desencadeou um isolamento

internacional, tornou-se um regime sitiado, que não tinha apoio econômico, recebia apenas apoio da *Central Intelligence Agency* (CIA) para exercer a repressão.

Entre 1970 e 1973 houve o enfrentamento entre uma aposta socialista, de cunho marxista, e uma aposta capitalista em processo de rearticulação. Enquanto a direita se rearticulava, a esquerda tomou o poder. A esquerda chilena não ameaçava com armas, o problema foi ter demonstrado que desde o aparato do Estado era possível transformar a economia e a sociedade. Portanto, o perigo demonstrado pela esquerda marxista tinha a ver com o controle do Estado, e não com armas.

No país, a esquerda marxista era parte da institucionalidade e da cultura política, o que significa que os partidos marxistas, principalmente o Partido Comunista, eram partidos com profunda inserção social. Nesse sentido, os golpistas queriam extirpar o marxismo do Chile, desencadeando uma guerra ideológica. A ditadura controlou todos os meios de comunicação, incluindo o Canal Nacional, o único canal de televisão que chegava a todo país. Sob essa perspectiva, fica claro que o objetivo da ditadura era “reformatar” a população, criando um novo sistema de crenças e ideias. As Forças Armadas ficariam no poder porque iam refundar o Chile e construir o que chamavam de “grande nação”.

Com a tomada de poder, os chilenos perdem não só seus direitos, mas também os direitos adquiridos com as reformas de Allende: liberdade política; liberdade de expressão; liberdade de imprensa; programas sociais para a infância; direito à educação universitária; reforma agrária; sindicatos; organizações de serviço social; e fábricas e minas, que foram devolvidas aos monopólios chilenos e estrangeiros.

No ano de 1974 foi criada a Direção de Inteligência Nacional (DINA), que tinha liberdade para deter e confinar pessoas durante os estados de exceção, que duraram por praticamente todo o regime ditatorial. Dentre as práticas adotadas encontram-se o sequestro, a tortura e o assassinato. Assim, o principal objetivo da DINA era enfrentar a esquerda marxista e acabar com ela. Dessa forma, iniciaram uma campanha de repressão contra o MIR, os amigos pessoais e a guarda do ex-presidente Salvador Allende, bem como os Partidos Socialista e Comunista.

Ademais, é importante destacar também que o poder das forças de Pinochet também se expressou através da Operação Condor, exercendo o terror por todo o continente latino-americano. Ela foi uma aliança político-militar, montada por iniciativa do governo chileno, entre os regimes militares sul-americanos e a CIA dos Estados Unidos da América. A operação tinha como objetivo coordenar a repressão dos opositores dessas ditaduras, eliminar os líderes

de esquerda e reagir às Organizações Latino-Americanas de Solidariedade, criadas por Fidel Castro.

Em 1989, após ter sido negada a renovação do seu governo, Pinochet teve sua prisão decretada quando estava em missão diplomática na Inglaterra. O pedido foi acatado pelas autoridades britânicas, mas, quinze meses depois, a prisão do ex-ditador conseguiu ser burlada com um pedido de licença médica. Voltando ao Chile, um forte movimento se organizou em favor do julgamento dos crimes políticos atribuídos ao antigo representante da ditadura chilena. A prisão de Pinochet foi um ato importante para mostrar aos outros líderes ditatoriais da época, que eles não estavam isentos de responsabilidade pelas violações cometidas aos direitos humanos.

Uma cultura institucionalizada de impunidade foi estabelecida em muitos países da América Latina, especialmente após a transição das ditaduras para os governos civis, incluindo o Chile. Recentemente os crimes que ocorreram durante a ditadura têm sido investigados e condenações têm sido feitas. A cicatriz deixada pelo regime de terror de Pinochet é muito grande, então se faz necessário aprofundar esse estudo para saber quais foram os motivos por trás disso tudo, bem como qual o legado deixado pela ditadura. Assim, diante de tudo o exposto, fica a pergunta: como o terrorismo de Estado influenciou o governo do general Augusto Pinochet e quais foram as consequências para o país?

Dessa forma, para buscar entender tal problematização, a presente monografia está organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo trataremos da teoria realista das Relações Internacionais e da Doutrina de Segurança Nacional, englobando o estado de exceção; no segundo capítulo teremos a explicação sobre o conceito de Ditadura e terrorismo de Estado (TDE), abordando a violação dos direitos humanos através do TDE e mostrando o caso chileno; e no terceiro capítulo retrataremos o governo de Salvador Allende, como se deu o golpe dos militares, o comando do General Pinochet e qual foi sua herança para a sociedade chilena. Dessa forma, o método utilizado, para que possamos explicar o caso chileno, será o histórico, em conjunto com uma narrativa analítica do governo de Salvador Allende e das políticas implantadas pelo general Augusto Pinochet, uma vez que será necessário analisar desde os motivos que levaram os militares a tomar o poder, passando pelos dezessete anos de ditadura até chegar à redemocratização chilena.

## 1. A Teoria Realista e a Segurança Nacional

Entre o fim da Idade Média e início da Idade Moderna surge a ideia de Razão de Estado devido à progressiva concentração de poder dos regimes absolutistas, mostrando uma tendência ao monopólio da força física teorizado por Max Weber. Os teóricos da Razão de Estado são os principais defensores do pensamento Weberiano. Assim, o monopólio da força permitiu que o Estado impusesse um ordenamento jurídico para que a convivência fosse pacífica, ou seja, tudo era decidido na lei da força. Segundo Norberto Bobbio:

Com esta base, o Estado moderno realizou, através de um longo processo parcialmente ainda em curso, uma grande obra de civilização da população a ele subordinada, cujos aspectos fundamentais foram o progresso moral, unido, com a educação e, portanto, com a progressiva interiorização das suas normas, à rejeição da violência privada na tutela dos próprios interesses, e o progresso econômico tornado possível com a certeza do direito (1998, p.1067).

Desse modo, fica claro que para essa vertente de pensamento a ausência de um Estado coercitivo e poderoso terminaria por desencadear o caos da anarquia internacional, não sendo possível o progresso civil, moral e econômico. No entanto, a partir do surgimento do Estado Moderno que passa a existir uma dicotomia entre uma minoria governante, detentora do monopólio da força, e a maioria governada que só irá ser capaz de influir na elite governante através da democracia representativa.

A tradição da razão de Estado afirma que a segurança do Estado é uma exigência de tal importância que os governos, para garanti-la, são obrigados a violar normas jurídicas, morais, políticas e econômicas que consideram imperativas, quer dizer, a razão de Estado é a exigência de segurança do Estado, que impõe aos governantes determinados modos de atuar. Diante de tais situações, o Estado, considerando o seu interesse superior, invoca uma razão superior para comportar-se e agir, mesmo sendo necessário atuar à margem de ou por sobre a lei, traduzindo o pensamento maquiavélico de que os fins justificam os meios.

Para Bobbio, é importante destacar que com o passar do tempo essa ideia de Estado forte, controlador, foi perdendo a atualidade, pois o uso da força foi se tornando cada vez mais estável, sem precisar da conduta existente no período medieval (1998, p.1068). Contudo, a Razão de Estado passa a despontar nos momentos de crise aguda do Estado, como guerras civis ou luta pela transformação do regime no qual se encontra o país.

Sob essa ótica, muitas vezes a Razão de Estado é confundida com o Golpe de Estado. O golpe, segundo Gabriel Naudé<sup>1</sup>, surge de “ações ousadas e extraordinárias que os príncipes são constringidos a executar em assuntos difíceis e como desesperados, contra o direito comum,

---

<sup>1</sup> Naudé, citado por Jean-Pierre Chrétien-Goni: “Institutio Arcanae”, in LAZZERI, C.; REYNIÉ, D. *Le Pouvoir de la raison d'État*. Paris: PUF Ed, 1992, p. 139.

sem respeitar mesmo nenhuma ordem nem forma de justiça, prejudicando o interesse do particular tendo em vista o bem do público”. Assim, apesar de serem conceitos bastante parecidos, pois o golpe se dá quando há o abandono da racionalidade por parte do Estado, passando a ser violento. Violento é levado a sacrificar, a despedaçar, a fazer o mal, passando a ser injusto e assassino. Tal violência, ademais, é e deve ser teatral, não somente para impactar, mas também para mostrar que sua intervenção deverá ser durável ou irreversível.

O Estado, neste processo, leva muito longe o desejo de reparação no golpe de Estado, justificando, em muitos casos, o teatro político, a exibição de poderio policial ou militar. Nesta condição, não existe antinomia, no que concerne ao Estado, entre razão e violência. É possível afirmar, inclusive, que a violência de Estado, nada mais é do que a manifestação impactante de sua própria razão. O golpe de Estado é inerente ao Estado, e a partir dele surge a expressão terrorismo de Estado, que é a manifestação da violência do Estado face à sua população e ao sistema legal.

Assim, é notável a influência da teoria realista no que tange a razão de Estado, bem como a questão da segurança nacional presente no terrorismo de Estado. Apesar de suas vertentes, o paradigma realista apresenta algumas características gerais que podem ser notadas, com mais ou menos enfoque, nas teorias apresentadas. O realismo tem como uma de suas premissas básicas o Estado sendo cerne das relações internacionais, de tal modo a ser um ator unitário – representando uma totalidade – e racional – maximizando ganhos e minimizando perdas.

Os autores realistas consideram que há a anarquia do sistema, ou seja, percebem que não há no ambiente internacional uma autoridade suprema acima dos Estados. Para eles, o cenário internacional é visto tal como o estado de natureza de Hobbes, onde há vários Estados e cada um é unicamente responsável por sua própria sobrevivência. Contudo, o estado de anarquia internacional contrapõe-se ao estado de natureza no que se diz respeito à criação de um soberano nacional, pois os realistas consideram impossível o estabelecimento de um Leviatã no plano internacional. O cenário anárquico propõe um ambiente altamente competitivo, onde há enorme desconfiança por parte do Estado, que todos visam sua sobrevivência e têm a segurança como um bem de soma zero, onde um Estado só está seguro quando os demais estão desprotegidos.

Assim, a sobrevivência vem a se tornar o maior desejo do Estado. Ela deriva do conceito de anarquia, onde há ausência de Governo mundial, que engendra a busca pela sobrevivência no cenário internacional, visando sua permanência no sistema. Sob essa perspectiva, dois filósofos influenciaram decisivamente o estudo do realismo, são eles: Maquiavel – definindo

como obrigação do príncipe a luta pela sobrevivência e qualquer outro objetivo só é válido se não se opor a ela – e Weber. Ambos distinguem no que Weber chama de ética da convicção e de ética da responsabilidade, onde a segunda é livre das limitações morais que ficam presas na primeira, tendo como único objetivo alcançar a segurança coletiva.

O estudo do poder como elemento fundamental nas relações internacionais, é uma das principais premissas realistas. Desse modo, ressalta-se que o poder do Estado não é definido por suas próprias capacidades, mas sim pela comparação com os demais Estados rivais. É notável a influência de Tucídides ao afirmar que o medo do concorrente se tornar mais poderoso é considerado a causa da guerra. Mais adiante, ao falarmos sobre a teoria neorrealista veremos que Waltz define o poder como um meio de garantir a segurança e a sobrevivência. Derivada do conceito de poder surge a balança/equilíbrio de poder, onde um Estado se une a uma grande potência para assegurar melhor seu interesse nacional. Desse modo, constata-se uma atitude política que é extrínseca ao poder, a garantia do interesse nacional, que a busca por esse interesse não garante que a balança fique equilibrada entre os vários e que inexistente um sistema unipolar no cenário internacional.

Outrossim, faz-se importante destacar a última premissa para perceber a forma como essa corrente das relações internacionais avalia a política no campo internacional. A forma como os Estados interagem é tida como um sistema de autoajuda. Significando que como não há um Governo mundial, ou qualquer outra autoridade supranacional, para que seja assegurado o cumprimento de regras e a segurança dos Estados, os mesmos agem de forma auto interessada. Comportando-se, assim, de forma egoísta. É notável que tudo isso se deve à anarquia internacional, pois todos têm que lutar por sua sobrevivência e utilizar de todos os meios que lhes são disponíveis, pois nenhum Estado pode contar com outro para lhe ajudar, mesmo que essa ajuda seja apenas parcial.

### 1.1 O Neorrealismo

O realismo clássico é posto em xeque na década de 1970. Quando a crise econômica do petróleo pôs em dúvida o Estado como cerne das Relações Internacionais. Nesse contexto, Kenneth Waltz publica, em 1979, seu livro *Theory of International Politics*. Em sua obra, Waltz prega que o realismo tem a necessidade de estabelecer bases mais sólidas e científicas. Por esse motivo, seu realismo também pode ser chamado de realismo estrutural. Ele preocupou-se em explicar o porquê da continuidade e das repetições, não das singularidades, utilizando um modo de pensar que se propõe a explicar sobre a inevitabilidade da mudança para explicar a continuidade, o que se denomina de teoria sistêmica.

O autor toma a anarquia como motivo de todas as guerras existentes no sistema internacional, e qualquer explicação a nível estatal seria uma resposta reducionista, pois desconhecem o nível estrutural, já as que focam o sistema internacional são sistêmicas. Ele considera que a estrutura não é só a soma das partes que a compõe, mas sim determinada pela forma de como as partes se posicionam e que ela constrange, limita e orienta a ação dos agentes através de dois mecanismos: a socialização e a competição.

É a estrutura que estabelece os padrões do que é ou não aceitável nas tomadas de decisões dos agentes. A socialização produz os padrões que vão limitando e moldando o comportamento esperado pelos atores e a estrutura, por meio dela, induz o Estado a evitar certos comportamentos.

Da mesma maneira que a socialização faz com que os atores adotem determinado comportamento, a competição também trabalha nesse sentido. Os Estados competem para sobreviver no cenário internacional, levando-os a se comportarem de maneira racional. Segundo Sarfati (2005), nas Relações Internacionais a competição leva os Estados a proceder racionalmente, de forma que aqueles mais bem adaptados sobrevivam no sistema internacional.

As estruturas políticas internacionais, para Waltz, são determinadas por três fatores: pelo princípio do ordenamento, pela diferenciação funcional e pela distribuição das capacidades. Primeiramente, situaremos o primeiro fator dentro das estruturas domésticas.

As estruturas domésticas são definidas como hierárquicas, porque as instituições se relacionam entre si, mas se submetem a um poder central. O princípio de ordenamento estabelece quais as regras básicas dos relacionamentos entre as instituições do poder, colocando atribuições exclusivas aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de forma que todo ordenamento interno de um Estado é definido em torno de “quem manda em quê”. (SARFATI, 2005, p. 147)

Tomando o sistema internacional como anárquico e descentralizado, é o sentimento egoísta e competitivo dos atores que faz com que o sistema seja organizado de modo racional. O desejo por sobrevivência é um pré-requisito para a racionalidade dos Estados. Sob a ótica de Sarfati (2005), as mudanças no princípio de ordenamento são apenas as de ordem anárquica para hierárquica, e só as desse tipo são consideradas mudanças estruturais.

Do ponto de vista interno, cada instituição do Estado tem seu papel delimitado como há também uma ligação subordinativa entre suas partes. Já no âmbito internacional, os Estados podem ser tidos como unidades não diferenciadas entre si, já que todos executam as mesmas funções, logo, o sentido da ausência de diferenciação é dado em termos funcionais.

Segundo Waltz<sup>2</sup>, os Estados têm a característica de serem soberanos, decidindo por si só como gerenciar problemas internos e externos. Desse modo, a diferença entre os atores é

---

<sup>2</sup> In SARFATI, 2005.

dada por variações da capacidade de executar e gerenciar determinadas funções. Na política internacional, essa capacidade deve ser analisada comparativamente a outros Estados. É essa capacidade relativa, principalmente no que se diz respeito à segurança nacional, o elemento central das relações entre os Estados.

É importante destacar que a anarquia internacional não equivale ao caos em termos domésticos. Ela se assemelha com uma economia de mercado, onde não é o Governo que define a variação de preços nem cria ou fecha empresas. O efeito de mercado gera uma competição e faz com que as empresas respondam a choques exógenos, independentemente do Estado.

Waltz estabelece seu conceito de balança de poder na teoria neorrealista. Não difere muito da balança definida no realismo clássico, pois seus requisitos são iguais, ordem anárquica e desejo de sobrevivência. Mas, contraditoriamente ao que acontece no realismo clássico, no neorrealismo os Estados não se balanceiam automaticamente, pois eles podem exibir um comportamento de grupo (*bandwagon*). Quando um Estado se caracteriza como líder todos os outros tendem a segui-lo, pois eles podem querer estar próximos aos ganhadores. Na competição pela liderança, o *bandwagon* é um importante componente da formação da coalizão em torno do líder (SARFATI, 2005).

Enquanto o sistema permanece anárquico e quando não há uma diferença de unidades que cause alguma mudança estrutural, há condições do sistema internacional permanecer estável. A anarquia é sinônimo de estabilidade, e está ligada à quantidade de partes do sistema, no caso, ao número de Estados.

Assim, o sistema bipolar, para Waltz, é o mais estável. Um sistema multipolar implica em vários Estados tentando entrar em acordo e impondo suas vontades, deixando o sistema altamente instável, pois há um distúrbio na balança de poder.

Pode-se observar que tanto o realismo clássico quanto o neorrealismo revelam um mundo hostil, propenso a conflitos. Os realistas, de modo geral, enxergam o cenário da política internacional como um palco propício para conflitos, já que os Estados são livres para tomarem suas próprias decisões, não havendo um Governo mundial. São tidos como atores racionais, que buscam zelar pela segurança de tal modo a garantir a sobrevivência no sistema. Independentemente das razões, tanto o realismo clássico quanto o neorrealismo salientam que as relações de poder e a lógica da autoajuda são características fundamentais das relações entre os Estados em um ambiente anárquico.

No entanto, para os neorrealistas, os Estados, ao se comportarem de forma racional, devem levar em consideração o comportamento dos outros Estados. Desse modo, a forma como os Estados se relacionam influencia no comportamento de cada membro do sistema

internacional. A grande diferença entre as duas vertentes do paradigma realista, está no nível de análise. O realismo clássico atribui os resultados das relações internacionais ao comportamento de cada Estado, de forma individual, enquanto o neorealismo atribui esses resultados a toda estrutura do sistema, não só ao Estado.

## 1.2 A Segurança Nacional

A defesa nacional foi originalmente concebida como uma proteção contra ameaças externas. Por volta dos anos 50 esse conceito passou a ser aplicado para as ameaças internas, as forças revolucionárias. A noção de unidade política é o pilar da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), pois a consciência de pertencimento a uma comunidade nacional potencializa o ser humano e viabiliza a satisfação das suas demandas (PADRÓS, 2005, p. 52).

Se a "segurança nacional" está ameaçada, justifica-se o sacrifício do bem-estar social, que seria a limitação da liberdade, das garantias constitucionais, dos direitos da pessoa humana. Foram estes princípios de "segurança nacional" que nortearam a subjetividade oficial em vigor à época: a caça ao "inimigo interno". (COIMBRA, 2000, p.10)

Assim, os cidadãos que possuem uma ideologia diferente daquela apresentada pelo Estado são tidos como inimigos do mesmo. Então, a DSN terminou por associar esse pensamento diferente, estranho, diretamente com o comunismo, sendo este tratado de forma vulgar e abrangendo toda e qualquer forma de manifestação de descontentamento diante da ordem vigente. A influência da União Soviética acarretou a associação do comunismo à tirania, à opressão e à barbárie, então se procurou desenvolver na América Latina a ideia de que socialismo e democracia eram incompatíveis. Ademais, as organizações revolucionárias e os partidos políticos de esquerda foram ligados ao terrorismo.

Em decorrência da Guerra Fria, os Estados Unidos passaram a enxergar a política interna dos países latino-americanos como uma extensão da sua política externa. Dessa forma, os EUA adotaram uma postura que afirmava haver uma "guerra" interna a ser combatida, para não abalar a estabilidade do "mundo livre". Assim, com a Revolução Cubana, os EUA viram se materializar o seu maior medo: a insurgência do inimigo característico da DSN, desencadeado a guerra interna.

Desse modo, para Padrós, a aplicação dos princípios da DSN nos países latino-americanos para defender a democracia assumiu o perfil da violência estatal e, na maioria dos casos, de Terror de Estado (ibid. p. 58). Sob essa ótica, configura-se uma contradição: se prega a destruição da democracia com o intuito de renová-la e salvá-la. O Estado se configurou como um grande instrumento repressivo que deixou como marca comum a repressão das instituições democráticas no Cone Sul.

Devido às fortes repressões ideológicas presentes nos governos ditatoriais da América do Sul, a produção de material historiográfico e intelectual acerca da Segurança Nacional foi praticamente nula. Somente na segunda metade da década de 70 é que se teve início o debate sobre o caráter dessas ditaduras (Argentina, Uruguai e Chile), e foi a partir das características comuns entre elas que se elaborou uma teoria explicativa, que teve como idealizador Augustín Cueva durante o Fórum da Revista Mexicana de Sociología<sup>3</sup>. Tal teoria resultou de uma ênfase revolucionária que procurava contribuir através de denúncia e de resistência perante a situação vivida em tais países.

Cueva conceituou o fascismo, diante da realidade das décadas de 70 e 80, como “a ditadura terrorista que os setores mais reacionários do capital monopólico exercem sobre a classe operária, primordialmente em situação de crise” (CUEVA; in PADRÓS, 2007, p.45). Frente às críticas, ele argumentou que o mais importante nessa linha de análise é a natureza do fascismo e a mudança qualitativa das formas de Estado.

Talvez a principal contribuição para a Doutrina de Segurança Nacional seja a teoria formulada por Guillermo O’Donnell:

O mesmo delineava um Estado caracterizado por forte presença tecnocrata e por responder à acentuada ativação política popular existente nos cenários anteriores aos golpes de Estado do Cone Sul. Enquanto modelo explicativo mostrou-se mais aberto às especificidades das ditaduras latino americanas, contrapondo-se, no debate teórico, ao esquematismo do uso da categoria fascismo. (in PADRÓS, 2007, p. 45)

Esse modelo é denominado de Estado Burocrático-Autoritário (BA), onde o Estado seria um conjunto de relações sociais que estabelece certa ordem em um determinado território e sustenta essa ordem como uma garantia coercitiva centralizada (O’DONNELL, 1993). Sob essa ótica, ele procurou resgatar o que havia de específico nos regimes latino-americanos e conseguiu chegar às seguintes características: direção tecnocrática do Estado, exclusão e desativação política dos setores populares, despolitização generalizada no conjunto da sociedade, formação de uma aliança diversificada de setores sociais em volta de um projeto de intervenção civil-militar e de um forte anticomunismo. Assim, o bloco hegemônico passou a ser constituído pela alta burguesia, tecnocratas e Forças Armadas.

A instauração do BA se deu quando as Forças Armadas eliminaram as ameaças das organizações populares de modo a impor a ordem e “preparar o terreno” para os investimentos externos.

---

<sup>3</sup> Revista Mexicana de Sociología, México, v. 39, n° 1 e 2, 1977.

Já para Atilio Boron<sup>4</sup>, o qual criticava ambas as teorias, as economias dos países em regime ditatorial não podiam ser comparadas com a dos países cerne do capitalismo mundial, impossibilitando a ascensão do papel dirigente da burguesia nacional. Embora ambas as teorias sejam bastante diferentes, há um ponto de encontro entre elas: a questão do caráter inédito e global dos sistemas repressivos implantados no mesmo período. Para O'Donnell (1993) a repressão aumentava quanto maior fosse a instabilidade do governo anterior, bem como a capacidade de organização dos setores populares. Já para os defensores do fascismo a repressão acabava com todas as formas democráticas para o exercício de uma ditadura terrorista aberta. Assim, ambos reconhecem que o fator da violência esteve presente em todas as ditaduras de SN.

Uma terceira abordagem realçou o papel da Doutrina de Segurança Nacional, uma vez que ela legitima o papel das Forças Armadas, uma vez que estas desempenham o papel de ordenadores sociais, já que elas garantiriam a unidade nacional, até então ameaçada pelo “perigo comunista”. A DSN apontou um perigo interno que poderia ser qualquer um, desde que ameaçasse a ordem política vigente. Essa “guerra interna” foi extrapolou as ruas e foi até os cárceres políticos.

É importante sublinhar que a DSN esteve presente em todos os regimes ditatoriais do Cone Sul, no referido período, independente da especificidade adquirida em cada país. Portanto, o papel que cumpriu no cerne destas experiências constitui, de per si, um elemento inédito que, por um lado, inviabiliza a possibilidade de associar tais ditaduras com o fascismo clássico e que por outro, sendo a DSN fluente elo de conexão entre os novos regimes da região e os EUA, exige da tese do Estado Burocrático-Autoritário um redimensionamento da importância da superpotência para o advento e a consolidação daqueles. (PADRÓS, 2007, p.47)

Assim, a aplicação da doutrina destruiu os princípios democráticos, acabando com o Parlamento, controlando o Poder Judiciário, proibindo o funcionamento dos partidos políticos, impondo a censura, além de violar constantemente os direitos humanos.

### 1.3 O estado de exceção

Originalmente, o estado de exceção foi pensado como um artifício legal para extinguir alguns procedimentos democráticos devido a uma ameaça externa à soberania do Estado. Contudo, essa noção foi mudando no passar do século XX, passando a ser um instrumento de contenção de crises políticas e econômicas. Segundo Gilberto Bercovici<sup>5</sup>, houve uma banalização do estado de exceção, pois os princípios democráticos vigoraram, teoricamente, mas na prática eles são violados ou suspensos.

---

<sup>4</sup> BORÓN, Atilio. *Estado, capitalismo y democracia en América Latina*. 3 ed. Buenos Aires: Oficina de Publicaciones del CBC/Universidad de Buenos Aires, 1997.

<sup>5</sup> In: HILLANI, 2012.

Segundo Agamben (2004), o impasse do estado de exceção não é a importância do executivo ou a mistura dos poderes, mas sim a separação da lei e da força de lei, de um lado a norma está em vigor, e, do outro, atos que não têm valor de lei adquirem sua força. Assim, o que importa não é a lei, mas sim a possibilidade de aplicá-la, ou seja, não é necessário existir uma lei se existe a força de lei.

“Soberano é quem decide sobre o estado de exceção” (p.07, 2009), é com essa afirmação que Carl Schmitt inicia o livro *Teoria Política*. Dessa forma, o soberano é aquele que é capaz de criar o estado de exceção, de suspender a lei por meio de uma decisão política. Por exemplo, logo após os militares terem tomado o poder no Chile, o general Augusto Pinochet declarou o que o país estava em guerra interna, estabelecendo um toque de recolher que durou por 17 anos, deixando a população em estado de sítio – salientando que quando não estavam em estado de sítio, estavam em estado de emergência – e suprimindo os direitos dos cidadãos. Assim, a partir da ótica de Schmitt, pode-se inferir que Pinochet passou a ser o soberano a partir do momento de decidiu decretar o estado de exceção no país, que terminou por ser uma “justificativa” para o terrorismo de Estado que foi por ele utilizado.

Giorgio Agamben, problematizando a assertiva de Schmitt, afirma que o indivíduo que está exposto, colocado em risco, é o *homo sacer*<sup>6</sup>, que não goza da existência política nem da igualdade natural, e sua vida exposta é a *vida nua*. O autor explica que os gregos dividiam em dois conceitos o que hoje é definido sob o termo “vida”, um era a *bíos* – forma própria de um indivíduo, ou grupo, de viver – e a outra era a *zoé* – o simples fato de viver. Na *pólis* o que importava era a *bíos*, pois era o que diferenciava os homens dos animais, da vida política de fato.

Para Agamben, em contrapartida, a política moderna não é tanto caracterizada pela inclusão da *zoé* na *pólis* nem no fato de que a vida como tal passa a ser objeto dos cálculos do poder estatal (como disse Foucault), mas sim pela constatação de que paralelamente ao processo de exceção de se tornar regra, a *vida nua* (a vida exposta) que estava à margem do ordenamento, passa a coincidir com o espaço político e exclusão e inclusão, externo e interno, *bíos* e *zoé*, direito e fato passam a ser impossíveis de se distinguir. (HILLANI, 2012).

Agamben cita Foucault quando relaciona a formação dos Estados Modernos com as práticas de controle através de cálculos e estatísticas para gerenciar de forma mais intensa a vida social. Foucault leva em consideração as disposições do sujeito transpassado por um poder disciplinar operando a partir de dispositivos: cálculo dos contingentes populacionais, controle da naturalidade, de epidemias, gerenciamento de grupos sociais específicos, etc. Enquanto

---

<sup>6</sup> *Homo sacer*: figura do direito romano cuja morte não poderia se dar por meio de sacrifícios (direito divino) nem ser considerada homicídio (direito dos homens), pois sua morte não era contemplada nem pela justiça divina nem pela justiça profana. (HILLANI, 2012, p. 39.)

Agamben percebe a determinação daquilo que é vida política ou vida biológica passando pelo crivo do soberano, havendo uma convergência entre os dois. O poder soberano passa a determinar a *zoé* e descaracteriza um sujeito dotado de *bios*. Os campos de concentração nazistas tornaram-se para o pensador italiano a principal metáfora da redução do sujeito à condição meramente biológica. Haveria, para Agamben, uma verdadeira “politização da zoé” na proporção em que o paradigma soberano inaugura um ponto de indistinção entre opostos. A figura selecionada pelo teórico italiano para representar este ponto de indistinção é justamente a do *homo sacer*, concepção esta retirada das práticas do direito romano arcaico.

Dessa forma, Agamben se contrapõe à ideia de biopolítica proposta por Michael Foucault. Foucault identifica na biopolítica uma estratégia da soberania como uma forma de controle populacional. Isso acontece no surgimento do Estado Moderno, com os correntes surtos de epidemias quando as cidades tomaram proporções muito maiores com o aparecimento do poder soberano. Não só as epidemias, mas os controles de pragas no perímetro rural. O Estado iria precisar de uma forma de controle da população para também prever a produção de bens para estocagem, surgindo assim a biopolítica de Foucault.

Nessa perspectiva, poderemos ver no capítulo que segue como, em um regime ditatorial, o estado de exceção e a Doutrina de Segurança Nacional podem se fazer presente através do terrorismo de Estado, onde a exceção se torna regra e os conceitos discutidos neste capítulo nada mais são do que uma mera justificativa para a instauração de um regime de terror.

## 2. A Ditadura e o Terrorismo de Estado

Primeiramente, para melhor explicar o que aconteceu no Chile, faz-se necessário explicar o que é um regime ditatorial, pois muitas vezes o termo “ditadura” é confundido com “tirania” e “despotismo”, como afirma Norberto Bobbio em sua obra de 1988. Para ele:

Começou-se a falar em ditadura a propósito do fascismo italiano; depois, do nacional-socialismo (nazismo) alemão, do stalinismo, e por fim de todos os governos, inclusive o dos coronéis gregos e o do general Pinochet (Chile), cujo regime constitucional precedente foi afastado pela força e onde, depois da conquista do poder por um grupo armado, o governo continua a ser exercido com violência, supressas todas as liberdades civis e políticas (BOBBIO, 1988, p. 173).

O termo “ditadura” vem da Antiguidade Clássica, mais precisamente de Roma, e remete ao “ditador” romano. O ditador era um magistrado que era nomeado por um dos cônsules em uma situação extraordinária – como guerras e rebeliões – e, assim, recebia poderes também extraordinários. Ele era nomeado só para a execução da tarefa que lhe era confiada, não excedendo o período de seis meses ou o mandato do cônsul que o nomeara. Assim, o cargo de ditador era legítimo, pois o poder estava previsto na constituição, sendo justificado pelo estado de necessidade (*Ibid.*, p.174).

Nessa perspectiva, entende-se por ditadura uma magistratura monocrática, com poderes extraordinários, embora legítimos, e limitada no tempo. Por sua vez, a tirania é monocrática, também confere poderes extraordinários, mas não é legítima nem necessariamente temporária. Já o despotismo é monocrático, tem poderes extraordinários, é legítimo, mas não é temporário e sim um regime de longa duração. A diferença da legitimidade da ditadura e do despotismo reside no fato de que para a primeira é necessário um estado de necessidade, enquanto o segundo se fundamenta em algum princípio histórico-geográfico. O caráter temporário da ditadura passa a conferi-la um aspecto positivo frente às outras formas de governo.

A função do ditador romano se limitava ao poder executivo, não se estendendo ao legislativo; ou seja, ele poderia suspender as leis vigentes, mas não podia alterá-las ou modificar a constituição do Estado. Assim, pode-se constatar mais um limite ao poder ditatorial, além do temporário, conforme afirma Maquiavel:

(...) o ditador romano era designado por tempo limitado; a duração do seu poder não excedia as circunstâncias que haviam obrigado à sua instituição. Sua autoridade consistia em tomar sozinho as medidas que considerasse oportunas para enfrentar um perigo determinado. Não tinha necessidade de realizar consultas, e podia punir sem apelo os que considerasse culpados. Mas o ditador nada podia fazer que atentasse contra o governo estabelecido - como retirar autoridade ao Senado ou ao povo, ou substituir as antigas instituições da república. A curta duração da ditadura, os limites que definiam o seu poder, bem como as virtudes do povo romano, tornavam impossível que transbordasse da sua autoridade, prejudicando o Estado, ao qual, pelo contrário, sempre foi de utilidade (*apud* BOBBIO, 1988, p. 175).

A ditadura tradicional, voltada para o poder executivo, é chamada por Carl Schmitt<sup>7</sup> de “ditadura comissária” para distinguir da que é encontrada na Revolução Francesa, a qual ele chama de “ditadura soberana”. A ditadura comissária limita-se a suspender a constituição para defendê-la, enquanto a ditadura soberana – o ditador tem poder soberano e não delegado – não suspende a constituição, mas procura criar uma situação na qual seja possível impor uma nova constituição. Para Bobbio, o que diferencia a ditadura comissária da ditadura soberana é a perda do caráter monocrático, mediante a interpretação do governo provisório revolucionário como ditadura (*ibidem*, p. 177). Assim, tarefa da ditadura soberana consiste em resolver uma crise total, que questiona a própria existência do Estado, como pode ser uma guerra civil revolucionária.

## 2.1 O Terrorismo

Antes de discorrer sobre o terrorismo de Estado, é importante mostrar as várias vertentes e significados que a palavra “terrorismo” possui. É difícil conceituar o termo terrorismo, uma vez que hoje há centenas de interpretações para ele. No entanto, é possível encaixá-lo na seguinte definição: trata-se de termo usado para designar um fenômeno político, de longa data, cuja finalidade é aniquilar ou atemorizar rivais mediante o uso de violência, terror e morte de pessoas inocentes (WITCKER, 2005). Assim, a rotulação de terrorista vai depender de quem pratica e de quem sofre a violência.

*Terrorism became the mantra of our time, carrying a similar negative charge as communist once did. Like that word, it tends to divide the world simplistically into those who are assigned the stigma and those who believe themselves above it. Conveying criminality, illegitimacy, and even madness, the application of terrorist shuts the door to discussion about the stigmatized group or with them, while reinforcing the righteousness of the labellers, justifying their agendas and mobilizing their responses (HERBST apud SCHMID, 2011, p.40).*<sup>8</sup>

Diversas são as causas e origens do terrorismo, por isso tamanha complexidade para defini-lo. O termo tem origem do latim da palavra “terror”, que significa medo ou horror. Cinco aspectos distinguem o terrorismo de hoje do que era praticado anteriormente, são eles: o caráter transnacional; o embasamento religioso e nacionalista; o uso de terroristas suicidas; a alta letalidade dos ataques; e a orientação antiocidental (RAPOSO, 2007).

Segundo Paul Wilkinson, o terrorismo consiste numa política contínua que envolve a deflagração do terror organizado, seja da parte do Estado, de um movimento ou facção, ou por

<sup>7</sup> Schmitt citado por Bobbio in: *A Teoria das Formas de Governo*. Ed. UnB. 10ª Edição, 1988, p. 176.

<sup>8</sup> “O terrorismo tornou-se o mantra dos nossos tempos, carregando um significado negativo como o comunismo uma vez fez. Como a palavra, ele tende a dividir o mundo de maneira simples, entre aqueles que recebem o estigma e aqueles que acreditam estar acima dele. Transmitindo criminalidade, ilegalidade e até mesmo loucura, a aplicação da palavra terrorista encerra a discussão sobre o grupo estigmatizado, ou com ele, enquanto dão razão àqueles que rotulam, justifica suas agendas e mobiliza suas respostas” (Tradução livre).

um pequeno grupo de indivíduos (in FILHO, 2002, p. 29). Assim, juntamente com o pressuposto de que a ação terrorista tem motivação política, é importante analisar separadamente uma outra categoria do terrorismo, o terrorismo de Estado, para que possamos entender o que aconteceu no Chile durante a ditadura.

### 2.1.1 O Terrorismo de Estado

A prática do terrorismo de Estado surgiu durante a Idade Média, com a Inquisição e as torturas praticadas pela Igreja Católica<sup>9</sup>. A violência passou a ser usada como um instrumento de poder, visando domesticar o povo e reprimir qualquer tentativa de oposição à ideologia católica, sendo consideradas inimigas da ordem. Prova disso, é que os hereges eram chamados de bruxos ou até mesmo capetas. Assim, a Igreja conseguiu colocar medo na população, procurando sempre reprimir os “demônios” da sociedade e incentivando as pessoas a lutarem contra eles, fazendo com que a tortura fosse institucionalizada de modo a facilitar os tribunais a alcançarem seus objetivos. Dentre os métodos de tortura, destacam-se: queimaduras com enxofre, esmagamento de órgãos genitais, uso de instrumentos de distensão, extração de olhos, dedos, orelhas, ingestão excessiva de água e insônia forçada.

A ideologia de São Tomás de Aquino foi utilizada como justificativa pela Igreja Católica para a repressão e violência nos julgamentos. Segundo Jaime Filho (2002, p. 50), a coerção física consistia no método mais adequado para a salvação do transgressor, o qual poderia ser conduzido à salvação eterna depois de curado. No entanto, toda essa luta não impediu que a Igreja entrasse em declínio e que novas religiões surgissem.

A metodologia terrorista consiste em desestabilizar o governo através do terror induzido à população, expondo a ineficiência estatal e aumentando o questionamento da liderança política. Há dois tipos de terrorismo: o doméstico e o internacional. Segundo Padrós (2005), em relação ao primeiro a motivação da operação vincula-se – além da limitação geográfica – com motivos particulares que envolvem religião, situação política ou até questões sociais internas. Por sua vez, o segundo tipo consegue a pretensão de envolver outros atores estatais, ampliando e legitimando a internacionalização do conflito. Dentre essas tipologias há duas modalidades: a individual (indivíduo desvinculado de organizações) e a grupal (atribuído ou assumido por uma organização específica).

O terrorismo de Estado (TDE) configura-se como uma modalidade distinta do terrorismo individual ou grupal, ele se fundamenta na lógica de governar mediante a intimidação. Ou seja, é um sistema de governo que emprega o terror para enquadrar a sociedade

---

<sup>9</sup> In FILHO, 2002.

e que conta com respaldo dos setores dominantes, mostrando a vinculação intrínseca entre Estado, governo e aparelho repressivo (PADRÓS, 2005, p.64).

#### 2.1.1.1 Maquiavel, Thomas Hobbes e Max Weber

Sobre as relações de poder, bem como a legitimidade do uso da violência nos meios políticos, três autores clássicos são de fundamental importância para que haja uma melhor compreensão sobre o assunto, são eles: Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes e Max Weber.

Para Maquiavel, o medo e o poder estão intimamente ligados, pois o primeiro garante a obediência dos súditos. Assim, ele formula a pergunta “mais vale ser amado que temido, ou temido que amado?”, a resposta que ele dá é a que segue:

A resposta é de que seria necessário ser uma coisa e outra; mas, como é difícil reuni-las, em tendo que faltar uma das duas, é muito mais seguro ser temido do que amado. Isso porque dos homens pode-se dizer, geralmente, que são ingratos, volúveis, simuladores, tementes do perigo, ambiciosos de ganho; e, enquanto lhes fizeres bem, são todos teus (...). Deve o príncipe, não obstante, fazer-se temer de forma que, se não conquistar o amor, fuja ao ódio (p. 99).

Além disso, para o autor, a lei é utilizada pelos homens e a força pelos animais. No entanto, se a lei não for o suficiente para fazer cumprir a vontade do príncipe, a força deve ser utilizada, fazendo com que o homem se comporte como um animal. Para isso ele deve agir como um leão e uma raposa, uma vez que o leão assusta os lobos e a raposa conhece as armadilhas. A força garante a proteção do Estado, que é quando o homem se transforma em leão.

Já sobre a crueldade praticada pelo príncipe, há as bem praticadas e as mal praticadas. As crueldades mal praticadas são as que se arrastam, renovam e multiplicam ao invés de acabarem, fazendo com que os súditos perdessem o sentimento de segurança. Enquanto as bem praticadas são as cometidas todas ao mesmo tempo, provendo segurança à população.

Dessa forma, os valores políticos passaram a ser medidos tanto pela eficácia prática, quanto pela tomada e manutenção do poder, fazendo com que a obra de Maquiavel se tornasse um marco para a ciência política.

A obra, de 1651, *Leviatã, ou a matéria, a forma e o poder de um Estado eclesiástico e civil*, escrita por Thomas Hobbes, legitimou o Estado absolutista, concentrando todo o poder nas mãos do soberano. Isso se deu porque em seu livro, Hobbes propôs que a liberdade do homem seria assegurada com a instituição de uma sociedade organizada e pacífica, ou seja, haveria a ideia de um contrato entre o Estado e a população.

A necessidade de tal contrato surge a partir do momento que o autor vê o homem, em seu estado primitivo, como um animal que comete todo e qualquer tipo de atrocidade na busca

pelo poder. Assim, o contrato surgiria para que o Estado fosse capaz de controlar as ações destrutivas da sociedade, criando o Leviatã.

O Leviatã, para atingir os objetivos do acordo, deveria ser uma entidade forte, mais poderosa que qualquer outra, e tal força deve ser suficiente para conquistar e preservar a ordem. Sob essa ótica, ele surge como um perfeito substituto para o Príncipe de Maquiavel, sendo uma fonte inesgotável de poder absoluto.

Para Weber (1989), o Estado é uma relação de homens que dominam seus iguais, mantida pela violência legítima. Dessa forma, ele legitima o uso da força pelo Estado, de tal modo que este passa a ser uma organização de dominação política contínua em um determinado território.

O autor estabelece três tipos puros de dominação, são eles: a dominação carismática, tradicional e legal. A carismática se dá pela influência dos líderes políticos, como, por vezes, acontece no populismo. Por sua vez, a tradicional está relacionada à passagem de poder devido à cultura, como ocorre no absolutismo. Já a dominação legal se dá através da existência de um estatuto que estabelece e modifica normas para a sociedade, sendo o dever da obediência graduado em uma hierarquia de cargos subordinados dos inferiores (os que obedecem) aos superiores (os que ordenam).

Weber é para o Estado moderno aquilo que Maquiavel e Hobbes foram para o Estado absolutista. Para ele, a ação do príncipe é que dá início ao desenvolvimento do Estado moderno, pois, uma vez que tem autoridade, ele deve controlar o território através da força. O Estado passa a ser uma associação política que reivindica o monopólio legítimo da violência e não pode ser definido de outra maneira (WEBER, 1989). Ou seja, a força está na origem dos Estados ao longo da história.

## 2.2 Terrorismo de Estado ou Violação dos Direitos Humanos?

Desde a emissão da Carta das Nações Unidas, em 1945, a questão dos direitos humanos recebeu uma atenção especial, resultando na publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em 1948. A Declaração teve como objetivo fazer com que a sociedade respeitasse os direitos e liberdades nela contidos, bem como que houvesse a “(...) adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios estados-membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição” (DUDH, 1948)<sup>10</sup>.

A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos reafirma o compromisso solene de todos os Estados de promover o respeito universal e a observância e proteção de todos

---

<sup>10</sup> <<http://www.dudh.org.br/declaracao/>>

os direitos humanos e liberdades fundamentais de todas as pessoas, em conformidade com Carta das Nações Unidas, outros instrumentos relacionados aos direitos humanos e o direito internacional. (Declaração e Programa de Ação de Viena, art. 1. 1993)

A violência nas relações internacionais, desacompanhada de ações eficazes que tentem eliminar suas raízes, infringindo os direitos humanos e preservando as desigualdades entre as classes e os países, faz com que as diferenças entre eles só aumentem. O terrorismo, como um todo, tornou-se uma fonte de renda, aumentando a guerra e fazendo por onde a paz ser esquecida. Além disso, ele foi utilizado muitas vezes como forma de barganha e de esperança, uma vez que não havia um “Estado de justiça”.

O professor Argemiro Procópio<sup>11</sup>, considera o Direito Penal Internacional letra morta e que assim permanecerá até que algo aconteça em defesa daqueles que são oprimidos. Assim, sob esse ponto de vista, as convenções de Viena, Montreal, Nova Iorque, Haia, a Convenção Europeia para Supressão do Terrorismo, entre outras, são ineficientes, apresentando poucos resultados na batalha contra o terror.

A tortura tem sido praticada como forma de atingir objetivos políticos desde a Idade Média. O Estado é a instituição que mais desrespeita os direitos humanos uma vez que ele usa a própria lei como instrumento para legalizar a tortura. O sociólogo Pierre Bourdieu, ao falar sobre a violência simbólica, explica que o monopólio da violência e a proteção por parte do Estado de direito se transforma em uma repressão violenta, assegurando o sistema de dominação. Para ele:

O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário [...] É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes que os “sistemas simbólicos” cumprem sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuem assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados”. (2000, p.14)

A Alemanha de Hitler, a Itália de Mussolini e a União Soviética de Stálin são exemplos de Estados totalitários que não são conhecidos por serem Estados terroristas, eles apenas produziam o terror. Como já visto, um Estado é considerado terrorista quando faz uso dos aparelhos repressivos de tortura, quando assassina ou sequestra pessoas, disseminando medo na população. Os atos de violência praticados por aqueles Estados eram considerados “normais” pela população, pelo fato das ações terroristas serem cotidianas. É como acontece nas

---

<sup>11</sup> PROCÓPIO, 2010.

penitenciárias de hoje, por exemplo, bem como a tortura em delegacias, tudo isso passou a ser comum, banal.

Entretanto, não só os Estados totalitários fizeram uso da tortura, mas também os absolutistas, ditatoriais e os democráticos modernos, os quais ainda o fazem. Em muitos países, a tortura é considerada crime, como no Brasil, onde a pena pode chegar a 21 anos. Vale ressaltar que a lei brasileira que incrimina essa prática só foi promulgada em 1997, muitos anos depois da abertura democrática. Vários grupos que lutam a favor dos direitos humanos lutaram para que esse objetivo fosse alcançado, principalmente após o período ditatorial. Contudo, mesmo existindo a lei ela própria, de certa forma, ‘legaliza’ a tortura, pois a própria pena de encarceramento em uma penitenciária superlotada, como era o caso do Carandiru em São Paulo, constitui uma forma de tortura, pois a violência causada ao preso vai além daquilo que a lei quer evitar.

Assim, voltando à violência simbólica de Bordieu, como explica Leite Filho<sup>12</sup>, o discurso de legalização de incriminação da tortura é apresentado à sociedade como forma de garantir a segurança e o bem-estar da população. Por isso, a tortura ilegal nas delegacias passa a ser legal dentro das penitenciárias. Não há questionamentos sobre o merecimento da pena para o acusado, mas sim o fato da lei prescrever para ele uma forma de tortura, o encarceramento, que passa a ser algo aceito normalmente pela sociedade já que está previsto na lei.

As mulheres, negros, crianças, índios, imigrantes e pobres, são as pessoas que mais são atingidas pelas violações dos direitos humanos, sendo uma violência rotineira. É o que Forrester<sup>13</sup> denomina de violência calma, a qual permite que todas as outras se desencadeiem sem obstáculos. A autora afirma que a calma dos indivíduos e das sociedades é obtida pelo exercício de forças coercitivas antigas, subjacentes, de uma violência e de uma eficácia tal que passa despercebida (FORRESTER, 1997, p. 18).

São considerados Direitos Humanos os direitos que nascem em virtude da própria existência da pessoa humana, variando com a época e conseqüente contexto no qual se aplica. Hoje, a grande preocupação de organizações como a Anistia Internacional e a Organização das Nações Unidas, é que grande parte das violações é cometida pelos próprios governos, e não de indivíduos isolados. A ONU é a maior protetora da Declaração Universal dos Direitos Humanos, uma vez que estabeleceu parâmetros a serem seguidos pelos estados, além de

---

<sup>12</sup> In FILHO, 2002.

<sup>13</sup> FORRESTER, Viviane. *O Horror Econômico*. Editora Unesp. São Paulo, 1997.

tratados internacionais para que houvesse uma maior vigilância aos atentados contra os Direitos Humanos, embora esses instrumentos tenham se mostrado ineficazes com o passar do tempo.

### 2.3 O Terrorismo de Estado no Chile

A política de Terror de Estado implementada no Chile durante o seu regime ditatorial (1973-1990) foi o mecanismo utilizado para aplicar as premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), com o objetivo de defender os interesses do capital estrangeiro e acabar com os questionamentos de cunho social que a esquerda marxista promovia através das organizações populares. Essa política se disseminou na América Latina, entre 1960 e 1980, nos regimes ditatoriais militares do Uruguai e Argentina, além do próprio Chile.

O objetivo político do TDE nas ditaduras latino-americanas era o enquadramento dos movimentos populares, principalmente aqueles articulados ao redor de questionamentos sobre a ordem vigente e mudanças sociais profundas.

(...) se o Estado possui, por natureza, o monopólio do uso legítimo da força, isso está condicionado aos limites consentidos pela legislação interna e internacional, e subordinada a maior de todas as suas obrigações, a defesa intransigente da lei. Mas essa condição se dilui quando entra como critério de *permissividade* a justificativa da *razão de Estado*, como uma “abstração” que quase sempre paira acima dos homens, dos direitos humanos e da legalidade institucional. (PADRÓS, 2005, p.69, grifos do autor).

Para Joseph Comblin, os militares chilenos incorporaram da forma mais fiel a Doutrina de Segurança Nacional:

A ideologia chilena é especialmente radical no que diz respeito à guerra total e absoluta entre o Chile e o “marxismo internacional”. Por isto, é a Doutrina de Segurança Nacional que inspira rigorosamente a legislação – a mais rígida da América Latina. Em nenhum outro lugar a afirmação da missão das elites militares de encarnar a Nação é tão inflexível. Em nenhum outro lugar o regime conseguiu em tão pouco tempo a ordem e a tranquilidade: em nenhum outro lugar o povo foi reduzido ao silêncio a tal ponto, e de maneira tão eficiente. (COMBLIN, 1980).

Anos antes ao golpe de Estado, em 1927, o Ministério do Interior chileno começou a monitorar as pessoas e organizações que eram consideradas subversivas ao governo. Esse monitoramento era feito através das filiações políticas e das atividades das pessoas as quais elas estavam associadas, bem como seus laços nacionais e internacionais. Devido ao monitoramento, os trabalhadores passaram a formar sindicatos e partidos políticos, que foram taxados como inimigos do governo, uma vez que suas ideias eram consideradas uma ameaça à segurança nacional. Tais grupos políticos eram tidos, geralmente, como comunistas e anarquistas (LIRA, 2011, p. 108).

Desse modo, para reestabelecer a ordem, o governo invocou as leis de segurança doméstica para suspender os direitos individuais com a força policial e com as Forças Armadas. As violações aos direitos eram comumente justificadas em nome do bem comum, da paz social

e da estabilidade política. Assim, a omissão da justiça e a impunidade terminaram por compor a base da paz social.

Algumas décadas depois, em meados de 1960, o Chile passou a ser um país que valorizava a ordem e a estabilidade institucional, construídos sob um alicerce predominantemente rural e de origem Católica. As desigualdades continuaram a existir, mas pouco a pouco a sociedade foi tomando consciência dos seus direitos, através das demandas sociais e políticas das organizações sociais e partidos políticos. Ademais, a Revolução Cubana se tornou evidente em certos grupos e movimentos políticos que propunham um programa revolucionário para o Chile (*ibidem*, p. 110).

O socialista Salvador Allende foi eleito presidente do Chile em 1970, pela da Unidade Popular. Seu governo seguia a ideologia da esquerda marxista, realizando, assim, inúmeras reformas sociais e dando continuidade às que tiveram início no governo anterior, intensificando a reforma agrária. Em julho de 1971 o Congresso Nacional votou unanimemente a favor da nacionalização do cobre.

A participação social foi bastante presente durante o mandato de Allende, inclusive os mineradores mais velhos trabalharam junto com profissionais com experiência internacional e com jovens cristãos que estavam engajados nas mudanças sociais. No entanto, a Guerra Fria encorajou conspirações nacionais e internacionais, criando obstáculos e levando a um governo impraticável.

Documentos divulgados em 1999 pelo governo de Bill Clinton através do projeto intitulado *Chilean Declassification Project*, nos Estados Unidos, mostram que o desfecho do golpe se deu antes mesmo de 1973, quando foi realizado. Os documentos expõem o apoio dos EUA ao regime de Pinochet. As primeiras informações disponibilizadas acerca da contribuição dos EUA foram resultado de uma pesquisa feita pelo Senado norte-americano, em 1975, que ficou conhecida como o *Church Report*. Segundo Elizabeth Lira, esses documentos mostram que:

*Funds destined to influence Chilean politics were first distributed in 1963, with intervention in the 1964 election when Eduardo Frei Montalva was elected president. According to the Church Report, the military coup was masterminded in 1970 in the United States under Henry Kissinger and Richard Nixon, contradicting the official story recounted by the military junta when it took power (2011, p. 112).<sup>14</sup>*

---

<sup>14</sup> “Os recursos destinados a influenciar os políticos chilenos começaram a ser distribuídos em 1963, intervindo na eleição de 1964 quando Eduardo Frei Montalva foi eleito presidente. De acordo com o *Church Report*, o golpe militar foi idealizado em 1970 nos Estados Unidos sob influência de Henry Kissinger e Richard Nixon, contradizendo a história oficial contada pela junta militar quando esta tomou o poder” (Tradução livre).

Existia uma dicotomia de pensamento para explicar porque os militares tomaram o poder: ou foi a incapacidade e ineficácia do governo da Unidade Popular (UP), ou foi uma conspiração contra a UP. O governo foi acusado de desenvolver um plano, classificado de Plano Zeta, para matar os seus oponentes. Tal plano teve uma justificação política de “repressão impiedosa”. Na realidade, o Plano Zeta foi uma estratégia de guerra psicológica, criada pela oposição, para ser usado como justificativa para o golpe e ganhar o apoio daqueles que se sentiam ameaçados.

Em agosto de 1973 Augusto Pinochet foi nomeado comandante-chefe do Exército chileno e no dia 11 de setembro do mesmo ano o golpe foi realizado. O golpe interrompeu o processo político de forte participação social em nome de interesses geopolíticos, e de uma perspectiva político-ideológica que representava os interesses da direita chilena bem como das entidades econômicas multinacionais, incluindo os Estados Unidos.

Só no primeiro ano da ditadura estima-se que cerca de duas mil pessoas foram mortas, extrajudicialmente, sob ordem dos comandos de guerra. Além disso, cerca de mil e duzentas pessoas foram presas, torturadas e exiladas. Durante todo o regime, estima-se que doze mil pessoas solicitaram asilo político, aproximadamente duzentas mil foram forçadas a deixar o país, mais de cinquenta mil pessoas foram presas e torturadas. O discurso apresentado pelas autoridades ao ordenar as torturas desumanizava os prisioneiros, fazendo com que eles fossem vistos como perversos, terroristas, subversivos (LIRA, 2011, p. 114).

A paralisia da oposição pelo medo e pelo silêncio ajudou a gerar a “cultura do medo”, onde as pessoas introjetaram uma sensação de culpa pelo imobilismo político, pela evasão e pela diminuição ou ausência de solidariedade. Assim, introspecção, prudência, cautela, dissimulação e silêncio viraram recursos, individuais e cotidianos vitais para a sobrevivência nesses “tempos cinzentos”(…) Confluindo com os objetivos de despolitização e desmobilização, é pertinente ressaltar que as ditaduras de SN procuraram esconder, com seus discursos patrióticos, moralistas e tecnocráticos, a conformação de políticas de TDE e que estas, se constituíram em estratégias contextualizadas de luta de classes. (PADRÓS, 2007, p. 49)

Uma cultura política de violência e autoritarismo foi instaurada como forma de garantir a ordem e a segurança pública. Estudos recentes mostram que a maioria da população chilena julga de forma deturpada a intervenção militar, a repressão e suas consequências. A ditadura terminou por ser um capítulo longo na história da população chilena no qual a impunidade em nome da ordem e de um conceito restrito de democracia e bem comum. Os conceitos e problemas discutidos nesse capítulo nos ajudarão a compreender o desenlace da ditadura chilena e sua repercussão no processo de transição do País. Esses elementos serão retomados e discutidos no capítulo a seguir.

### 3. Da Revolução Passiva à Ditadura

Na década de 30, o Partido Comunista propôs a criação de uma Frente Popular que reuniria as forças progressistas do país, afim de combater os partidos de direita que sustentavam a presidência de Arturo Alessandri. Sendo assim, no ano de 1936 o Partido Radical aceitou fazer parte da Frente, bem como o Partido Socialista e os sindicatos, como a Central de Trabalhadores do Chile (CTCH), a *Federación de Estudiantes de Chile* (FECH) e o movimento Mapuche<sup>15</sup>, representado pela Frente Única Araucana. Ademais, foi feita uma coalizão centro-esquerda, com o Partido Nacional Socialista, uma vez que seu candidato era o ex-ditador Carlos Ibáñez del Campo e durante o período que precedeu as eleições houve uma tentativa fracassada de golpe, que resultou no Massacre de Seguro Obrero. Com apoio dos movimentos sociais, e agora do Movimento Nacionalsozialista, a esquerda chilena conseguiu eleger presidente Pedro Aguirre Cerda, dirigente do Partido Radical.

Passados dois anos da eleição de Aguirre Cerda, a Frente Popular não conseguiu manter-se como aliança política. No entanto, o então presidente continuou no poder até a sua morte, em 1941. Depois de 1941, o Partido Radical venceu mais duas eleições consecutivas para presidente, uma em 1942 e outra em 1946. Na segunda eleição, Jorge Gonzáles Videla foi eleito presidente com o apoio dos comunistas, mas mesmo assim os colocou na ilegalidade. Videla foi o único que conseguiu terminar seu mandato, quando em 1952, o ex-ditador Carlos Ibáñez foi eleito presidente.

Antes de tudo, é importante observar que o Partido Radical, durante o seu tempo de governo, detinha uma política flexível e conciliatória fazendo com que houvesse um consenso com as forças de direita do país, principalmente no que diz respeito à industrialização e ao papel do Estado na economia. Apesar do clima politicamente pacífico gerado pelos radicais, a esquerda chilena saiu prejudicada desde o fim da coalizão, não conseguindo influenciar no desenvolvimento econômico do país, uma vez que seu plano econômico tinha como base o nacionalismo, afim de buscar uma maior independência econômica do país, além de diminuir sua vulnerabilidade, no exterior. Para Alberto Aggio (1997):

No plano da cidadania, verificou-se a impossibilidade de se conseguir estender o processo de avanço da sindicalização ao campo e de se ampliar o eleitorado nacional. A ascensão ao poder das forças que se articularam na Frente Popular não levou a um processo de democratização via ampliação do eleitorado. No final da década de 1940, o porcentual de votantes em relação à população era menor do que ao término da década anterior, e se compararmos as eleições presidenciais de 1932 e de 1946

---

<sup>15</sup> Conhecidos também como Araucanos, os Mapuche são um povo indígena que viviam na região do Chile e da Argentina. Após a independência do Chile, eles foram integrados à sociedade chilena e argentina, com a garantia que seus direitos seriam mantidos. No entanto, até hoje os Mapuche lutam pela recuperação do seu território ancestral, o qual foi dividido e incorporado ao Chile e à Argentina.

verificaremos que o crescimento da participação eleitoral foi insignificante: de 7,6% para 8,5%.

A direita mostrou que seus interesses e preferências eram superiores aos dos radicais. Sob essa ótica, eles vetaram tudo o que seria uma ameaça aos seus interesses, além de possibilitar mudanças convenientes às organizações empresariais do país. Sendo assim, ao ceder às pressões das forças de direita, a esquerda passou a exercer um papel centrista, garantindo sua estabilidade na própria razão de ator político.

(...) as coalizões políticas comandadas pelos Radicais, cujos temas principais eram o desenvolvimento industrial e a integração social, o nexos estrutural e nacional entre economia e política. Neste novo contexto, o espaço para as demandas das classes subalternas, especialmente as operárias e urbanas, lhes foi franqueado pelos institutos do Estado, mas lhe impondo também a passividade da lógica clientelista e corporativa aos movimentos sociais e a do cálculo político às suas representações político-partidárias. (Ibid.)

Assim, a ascensão da Frente Popular ao poder fez com que a imposição do capitalismo no país fosse dada de forma passiva, através da concretização dos interesses políticos das coalizões que foram feitas, onde o desenvolvimento industrial, a integração social e o nexos estrutural e nacional entre economia e política eram os temas principais. Dessa forma, as classes operárias e urbanas tiveram suas vozes franqueadas através dos institutos de Estado, favorecendo o ativismo dos atores subalternos, uma vez que seus representantes políticos fizeram parte das coalizões eleitorais e governantes do período. O capitalismo, então, firmou-se como norma através da mediação política.

No período que vai de 1938 a 1973 os governos de equilíbrio são justamente aqueles formados pelas coalizões do Partido Radical. Entretanto, quando as forças reacionárias se sobressaem a democracia política é basicamente extinta, dando início ao radicalismo como força política governante. No âmbito internacional, a Guerra Fria ocasionou a ilegalidade do Partido Comunista, fazendo com que emergisse uma crise política no país, levando à retomada do poder pelas forças de direita com a eleição, em 1958, de Jorge Alessandri para presidente da república<sup>16</sup>.

Com o sistema político de coalizões esgotado, houve a abertura das chamadas alternativas globais, onde os autores político-sociais buscavam uma solução para a revolução passiva do capitalismo. A Democracia Cristã, com a eleição de Eduardo Frei em 1964, foi a primeira estratégia a ser posta em prática, era derivada do comunitarismo e socialismo cristão, e tinha como lema “revolução em liberdade”. Já em 1970, Salvador Allende liderou a “via chilena ao socialismo”, sendo o único presidente eleito a sustentar seu plano de governo inspirado no marxismo.

---

<sup>16</sup> In NEGRI, 2012.

O Programa de Governo de Allende, baseado nas propostas da Unidade Popular, foi complementado por dois documentos: *las primeras 40 medidas del gobierno popular* e *los 20 puntos básicos de la reforma agrária*. Ambos os documentos são de fundamental importância para que se possa entender as dificuldades enfrentadas para o estabelecimento do socialismo no país, uma vez que eles tratam da estatização dos bancos, minérios e grandes empresas, bem como de propostas relativas à reforma agrária; fatores estes que impactaram na decisão dos militares que tomaram o poder em 1973.

### 3.1 A política e o breve governo de Salvador Allende

Allende teve sua carreira política iniciada em 1929, quando foi eleito vice-presidente da *Federación de Estudiantes de Chile* (FECH). Enquanto estava nesse posto, lutou contra a ditadura do General Ibañez e apoiou a instalação da República Socialista em 1932. No ano seguinte, em 1933, tornou-se um dos cofundadores do Partido Socialista do Chile (PSCh), sendo eleito deputado por sua cidade natal, Valparaíso, em 1937, nomeado ministro durante o governo de Pedro Aguirre Cerda e eleito senador quatro vezes entre 1945 e 1970. Depois de três tentativas de chegar à presidência, Allende finalmente é eleito presidente em 1970 pela Unidade Popular (UP). Ele foi um grande personagem da história chilena, não só por seu governo, mas também por toda a sua trajetória política, onde ganhou forças apesar de toda a oposição ao seu governo.

As forças de direita do Chile começaram a trabalhar antes mesmo de Allende assumir o poder, pois se preocupavam com a radicalização interna do país, uma vez que os discursos do candidato eram baseados no socialismo, na democracia e na liberdade. Descontentes com a postura democrática adotada alguns membros da UP também criticaram Allende. É importante salientar que o golpe não foi resultado tão somente dessa tensão e instabilidade política entre as forças de esquerda, centro e direita, mas teve como principal expoente o plano de governo, pois este era contrário às vontades das elites política e econômica do país.

O programa econômico proposto por Allende apresentou três objetivos para a estabilidade chilena: a nacionalização do cobre, a reforma agrária (que visava desapropriar uma enorme quantidade de latifúndios) e a modificação dos modelos de propriedade – passando a serem de três tipos: privadas, mistas e sociais. Os dois primeiros objetivos são as causas mais relevantes dos conflitos sociopolíticos, muito embora ambos tenham tido início no governo de Eduardo Frei (1964-1970). A *chilenización* do cobre, como chamava Frei, foi pactuada com os Estados Unidos e permitia que empresas multinacionais explorassem o minério, fazendo com que houvesse uma diminuição da dívida externa do país e um aumento do Produto Interno Bruto.

A necessidade da reforma agrária no país advém da existência de grandes latifúndios e da exploração do trabalho campesino. Essa demanda foi atendida, precariamente, pela primeira vez em 1938, quando Aguirre Cerda foi eleito presidente com o apoio da Frente Popular. No entanto, os governos que o sucederam incentivaram a industrialização, favorecendo a crise agrícola e levando à importação de alimentos. Somente em 1962 é que Jorge Alessandri pôs a reforma agrária novamente no plano de ação do governo, promulgando a primeira lei de reforma agrária do país, que foi fortalecida por Eduardo Frei na eleição seguinte. Frei foi criticado pela direita chilena, pois foi acusado de ter permitido a mobilização social de modo a fortalecer o comunismo.

Após vencer as eleições, o governo Frei, da Democracia Cristã, mostrou abertamente sua cara patronal, repressiva, pró-imperialista. Inicialmente, sua estratégia parecia ter êxito, mas após dois anos, a inflação subiu, a reforma agrária estagnou, a chilenização do cobre mostrou-se um ótimo negócio para as companhias americanas. Com isso, o movimento de massas começou a aumentar significativamente suas lutas, havendo o aumento exponencial das greves, especialmente as ilegais. Houve três greves gerais até o processo eleitoral em 1970; os camponeses, estimulados pela promessa de reforma agrária, começaram a ocupar terras e aproveitaram-se da recente permissão de sindicalização antes negada para fazê-lo aos milhares. (MERMELSTEIN, s/p, 2011)

Allende aprofundou ainda mais as medidas tomadas por Frei já que estas tiveram importantes resultados sociais. Ele tinha como objetivo ampliar as políticas de nacionalização e intensificar a reforma agrária e a socialização das propriedades privadas. Contudo, apesar de ter um programa similar ao de Frei – mesmo que a Unidade Popular tenha afirmado que eram distintos – o programa de Allende se tornou muito mais popular e foi mais bem aceito pelos chilenos, pois era contrário à participação dos Estados Unidos e das multinacionais na economia do país.

O processo de transformação da nossa economia se inicia com uma política destinada a constituir um setor estatal dominante, formado pelas empresas atualmente detidas pelo Estado e pelas empresas expropriadas. Como primeira medida, se nacionalizarão as riquezas básicas que, como as grandes minas de cobre, ferro, salitre e outras, estão sob o poder do capital estrangeiro e dos monopólios internos. (Programa da Unidade Popular, s/p, 1970)

Em julho de 1971, foi promulgada a Lei nº 17.450, a qual nacionalizou totalmente as indústrias de cobre e foi uma resposta da União Popular aos movimentos dos trabalhadores das minas.

Por sua vez, a reforma agrária presente no Programa de Governo propõe uma série de desapropriações, desde latifúndios até prédios e maquinários. Segundo Camilo Negri:

Dentre os 20 pontos básicos, propõe-se que todos os latifúndios sejam expropriados e o Estado reconheça como interlocutores apenas os pequenos e médios agricultores. A relação com os agricultores se dará por meio da criação de um *Consejo Nacional Campesino* (...). Os agricultores serão proprietários de suas residências, disporão de capital para investimento na produção e acesso à assistência técnica gratuita. A planificação é apresentada como uma meta que permitirá a orientação nacional para o aumento e diversificação produtiva. (2012, p. 63)

No total, foram desapropriadas cerca de 1.370 propriedades no governo Allende, e aproximadamente 4.400 no total do governo da UP. Assim, os proprietários de terra começaram a se armar para lutar contra as ocupações e impedir que os militantes de esquerda entrassem em suas propriedades, chegando até mesmo a matá-los.

A distinção dos tipos de propriedade talvez tenha sido a principal alteração econômica proposta pela Unidade Popular. A propriedade social incluía a mineração e outros setores fundamentais para o desenvolvimento econômico do país, como o comércio exterior, o sistema financeiro, os monopólios industriais, a produção e distribuição de energia elétrica, entre outros. Já a propriedade mista caracterizava as propriedades que possuíssem capital privado e estatal, não especificando quais ou em que condições esses capitais fossem aplicados. Por fim, a propriedade privada seria mantida, principalmente dos meios de produção, uma vez que das 30.500 empresas existentes à época, apenas 150 eram consideradas monopolistas, sendo sujeitas à revisão de classificação.

Em 1971, um ano após ser eleito, o governo de Allende já tinha estatizado 90% dos bancos; 70 empresas monopólicas haviam sido expropriadas, intervindas ou estatizadas; e 2.400.000 hectares foram desapropriados, abrigando 16.000 famílias. Assim, houve um crescimento do PIB, redução do ritmo inflacionário, melhor redistribuição de renda e aumento dos salários. No entanto, apesar de todos esses pontos positivos, a economia chilena teve seu lado negativo, como o consumo maior que a produção, redução das reservas internacionais, déficit fiscal e concentração privada do dinheiro.

As três propostas econômicas tiveram papel fundamental na desestabilização do governo. Enquanto por um lado os Estados Unidos haviam apoiado o governo de Eduardo Frei, sendo ator indireto na Aliança para o Progresso, por outro a desapropriação de multinacionais do governo de Allende, como a Kennecott e a Anaconda – principais empresas dos EUA –, motivou a oposição do presidente Nixon. Dessa forma, os EUA decidiram implantar o que chamaram de “bloqueio invisível”, onde cortaram os créditos para as importações, bloquearam a renegociação da dívida externa do país, entraram em juízo para confiscar as exportações de cobre chilenas e financiaram cada vez mais os movimentos de oposição ao governo.

Por sua vez, as forças de direita chilenas iniciaram sua campanha de oposição quando os movimentos rurais decidem não só atacar os grandes latifúndios, mas também as pequenas e médias propriedades, além da reivindicação de terras por parte dos mapuches, que estavam sendo liderados pelo *Movimiento de Izquierda Revolucionária* (MIR). Assim, no final de 1971, as senhoras burguesas da classe média e alta – prejudicadas pelo processo de desapropriação de terras –, se organizaram e realizaram o primeiro protesto de massas contra o governo: a marcha

das panelas vazias, ou *cacerolazo*. Esse evento marcou o início do fim do processo revolucionário, sendo uma forma da burguesia expressar tudo o que significava descontentamento à época. O confronto foi tamanho, que foi decretado o Estado de Emergência para que as manifestações da direita fossem contidas.

Na primeira metade de 1972, a Unidade Popular decidiu rever seu plano econômico, procurando frear as nacionalizações e o aumento do salário. Foi nesse ano que houve um aumento da luta das massas e da radicalização da oposição, pois as propostas do governo deixaram de fora cerca de 1,7 milhão de pessoas, incluindo artesãos, desempregados, trabalhadores ligados à construção civil e trabalhadores rurais que não estavam nos planos da reforma agrária.

A nacionalização das empresas era feita através da compra de ações por parte do Estado, contudo esse tipo de nacionalização não possuía nenhuma semelhança com a de caráter socialista. Através da pressão dos trabalhadores esse cenário mudou e o governo passou a utilizar o método de intervenção e requisição das empresas. Por sua vez, a participação dos trabalhadores nas empresas era dada através de comitês representativos, que ajudavam a implementar a política do governo. Com o passar do tempo, os trabalhadores passaram a exigir um aumento da sua participação real, fazendo greves, ocupações e barricadas nas ruas. Assim, com tamanha mobilização das massas, houve uma polarização dentro da Unidade Popular entre aqueles que eram a favor do governo Allende e os que eram contra.

Com a iminência do golpe, os proletários formaram os “cordões industriais” numa tentativa de autodefesa. O primeiro cordão industrial foi o de Cerrillos-Maipu, pois a maior parte das fábricas da região não estava nos planos de nacionalização do governo. Esse movimento se chocava com os novos planos da UP de frear as nacionalizações, pois eles reivindicavam a passagem das fábricas para a área de propriedade social (APS), e consideravam apoiar o governo a partir do momento que este compreendesse as lutas e mobilizações dos trabalhadores. Após a formação do cordão de Cerrillos, mais 30 cordões se organizaram ao longo do país, que com seu caráter sindical, funcionou como uma pressão de massas para radicalizar o governo.

Em outubro de 1972 os caminhoneiros do país decretaram greve, pois eram contrários aos planos do governo de estabelecer uma empresa estatal de transportes que abrangeria todo o país. O governo e a Central Única de Trabalhadores (CUT) reagiram, mas o destaque maior foi para as massas. A burguesia tentou parar a nação, pois começou a faltar alimento nas cidades uma vez que os grandes latifundiários passaram a contrabandear cabeças de gado, jogar litros de leite nos rios e a não semear as terras, tudo isso para que a comida não chegasse para os mais

pobres. Essa atitude fez com que houvesse um aumento na inflação, além de incentivar os trabalhadores a irem ocupar as fábricas fechadas, camponeses a ocupar as fazendas paralisadas e as comunas a se organizarem para distribuir a produção. O povo não deixou o governo cair.

Com a polarização interna da Unidade Popular, Allende firmou um acordo com a Democracia Cristã (DC), de modo a incluir as forças armadas no gabinete, com o intuito de garantir as eleições parlamentares de 1973, além de devolver as fábricas ocupadas durante as greves de outubro. Esse acordo ficou economicamente conhecido com o plano Prats-Millas<sup>17</sup>, e tinha como objetivo reduzir a APS de 120 empresas para apenas 49. Assim que tomaram conhecimento desse plano, os cordões industriais realizaram novas manifestações, fazendo com que o plano fosse engavetado uma vez que o governo não tinha força suficiente para colocá-lo em prática.

As forças de direita do país, bem como a Casa Branca, estavam torcendo para que nas eleições parlamentares em abril de 1973, dois terços das cadeiras do parlamento fossem suas, pois assim iriam conseguir número suficiente para deflagrar o *impeachment* de Salvador Allende, mas não obtiveram sucesso. A oposição utilizou todas as armas que podia para derrubar o governo.

Em 29 de junho de 1973 tanques de guerra cercam o palácio presidencial, matando cerca de 20 pessoas, mas não conseguem apoio das demais Forças Armadas. Novamente, frente à iminência do golpe, o povo foi às ruas, ocupando empresas e os integrantes dos cordões industriais vão para o palácio exigir o fechamento do Congresso e a punição dos golpistas. Ao final da manifestação, Allende declarou estado de emergência, dando o controle do país para os militares.

Os meses que se passaram até setembro foram preparativos para o golpe, onde a Suprema Corte e o Congresso declararam a ilegalidade do governo. Os militares passaram a se preparar para enfrentar os trabalhadores, apoiando-se na Lei de Controle de Armas, que permitia a realização de operações de busca e apreensão. Allende ainda tentou uma negociação com a DC, mas esta fez várias exigências – dentre as quais a criação de um gabinete só para militares e a repressão aos cordões militares – que o presidente não podia aceitar. Allende já não tinha mais forças para contra-atacar a direita.

### 3.2 O golpe de Estado e a ditadura de Pinochet

---

<sup>17</sup> Em homenagem aos idealizadores do plano, o General Carlos Prats, comandante do exército, e Orlando Millas, ministro da economia. É importante destacar que Prats encerrou o movimento de greve dos rodoviários e passou a ser um forte aliado do governo, sendo preciso sua renúncia para que as Forças Armadas tomassem o poder em setembro de 1973.

A ditadura chilena teve início em 1973 e terminou em 1990, deixando mais de 40 mil vítimas entre desaparecidos, torturados, presos, exilados e mortos. O regime de Pinochet ficou marcado como um dos mais violentos regimes ditatoriais latino-americanos. Em setembro de 1973, as Forças Armadas e a polícia chilenas derrotaram o governo socialista de Salvador Allende. O golpe teve apoio dos Estados Unidos, uma vez que o caráter marxista do governo Allende o incomodava. Conforme foi visto, ele demorou três anos para acontecer, pois o regime socialista tinha profundas raízes políticas e sociais, não sendo fácil tirar o então presidente do poder. Desse modo, três anos após Allende ser eleito, o golpe transforma o Chile em uma das ditaduras terroristas que dominavam a América Latina.

Nas primeiras horas da madrugada do dia 11 de setembro a marinha se sublevou em Valparaíso, depois de participar de uma manobra conjunta com a marinha norte-americana. As primeiras notícias eram confusas. Pouco a pouco foi ficando claro que se tratava de um golpe militar dirigido pela cúpula das Forças Armadas. A frente de todas as operações golpistas estava o novo comandante-em-chefe do Exército, um dos homens de confiança de Prats e do próprio presidente. Ele se chamava Augusto Pinochet. (BUONICORE, 2009)

Depois de mais de dois anos de governo, Allende não tinha elaborado nenhuma estratégia para conter um possível golpe militar. Assim que tomou conhecimento dos ataques ao palácio, dirigiu-se para lá e resistiu até o momento que a força aérea bombardeou o palácio e sua residência, quando ordenou a evacuação do local e decidiu tirar sua própria vida. Tudo isso aconteceu por volta das duas da tarde, às dezoito horas a Junta Militar declarou estado de sítio.

O golpe teve como objetivos claros a eliminação da cultura marxista que estava infiltrada no país, a instauração de um regime capitalista e o controle da ordem social. Na noite do 11 de setembro, o comandante em chefe da Força Aérea, Gustavo Leight afirmou que o país estava em uma situação de guerra civil, sendo o estado de emergência decretado no dia seguinte pelo general Augusto Pinochet.

O historiador Miguel Rojas Mix (*apud* GUAZZELLI, 2013, p. 26)<sup>18</sup>, elenca as tarefas que a ditadura de Terror de Estado assumiu no Chile e mostra os aspectos mais significativos, são eles:

1. O Terror de Estado é um corolário da chamada Doutrina de Segurança Nacional (DSN), desenvolvida nos Estados Unidos e propalada para a América Latina; para garantir a integridade dos países americanos, deve-se promover uma guerra contra os “inimigos internos”, justificando-se todos os meios para isto;
2. O caráter religioso que aproxima o golpe chileno do falangismo da Guerra Civil Espanhola; o “banho de sangue” para lavar o país, resgatando o “nacional-catolicismo” e a *hispanidad* do povo chileno da conspiração pretendida pelo Comunismo, internacional e ateu. A civilização ocidental se confunde com o Catolicismo;

---

<sup>18</sup> In ALVES, C.; PADRÓS, E. 2013.

3. As Forças Armadas do Chile retomaram o papel histórico de defensoras do país desde os tempos da Conquista; o golpe de Estado coloca-as como a representação máxima do nacionalismo chileno;
4. A democracia e a “degeneração” dos costumes eram sinais inequívocos da “decadência” do Ocidente. Spengler e Toynbee foram alguns dos autores que inspiraram estas ideias: as civilizações passam sempre por um processo de “despertar, ascensão e queda”, necessitando de “minorias criadoras” capazes de regenerarem as nações;
5. Estes pressupostos ideológicos se somavam às doutrinas neoliberais, defendidas por Heyer, Friedmann e Popper desde 1947, e que se impunham progressivamente entre os países capitalistas. Favorecer os empreendimentos transnacionais no Chile e liquidar com a intervenção do Estado na economia foram tarefas cumpridas pela ditadura.

No Chile não havia uma esquerda revolucionária, para contra-atacar o governo, apenas o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), que reivindicava a violência e a via armada. O partido não possuía mais que dois mil militantes, e foi um dos poucos a resistir ao golpe pela via armada; os integrantes com preparação de guerrilha não correspondia a dez por cento dos dirigentes. Assim, o MIR não teve nenhuma capacidade de enfrentar o golpe, invalidando a existência de uma guerrilha como justificativa para o golpe de Estado.

Nos anos que sucederam o golpe, houve uma intensa perseguição política principalmente pelo fato das forças de esquerda do país serem bem mais organizadas que as dos demais países do cone sul que também viveram regimes ditatoriais. Durante todo o regime, mais de 20.000 pessoas foram dadas como mortas ou desaparecidas<sup>19</sup>. Ademais, os líderes políticos que eram contrários ao regime foram presos e levados para o Estádio Nacional de Santiago, onde depois de identificados foram torturados, mutilados e fuzilados. Sob essa ótica, o regime de Pinochet é considerado o regime militar mais violento da história da América Latina.

A supressão de direitos foi sem igual, foram instituídos o toque de recolher, a censura da mídia, o estado de sítio, o fechamento do congresso, a proibição dos partidos da esquerda marxista e da intervenção do poder jurídico no que tange as decisões dos militares. Era perseguido qualquer um que se opusesse aos quatro pilares do regime: capitalismo, civilização cristã, escolha dos Estados Unidos como guia para proteger o Ocidente e a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que considerava os cidadãos como possíveis ameaças. Além disso, enquanto o Partido Nacional e o movimento *Pátria y Libertad* se dissolveram, a Democracia Cristã viu na ditadura uma oportunidade de ganhar maior espaço e se consolidar numa futura eleição.

---

<sup>19</sup> <<http://www.memoriaviva.com/exilio/exilio.htm/>>

Dados da Comissão Valech<sup>20</sup> (sobre prisão política e tortura), mostram que existiram cerca de 1132 centros de detenção, onde as pessoas eram torturadas e viviam em condições sub-humanas. Foram ouvidas 35868 pessoas que passaram por esses centros, dessas 94% disseram ter sofrido torturas, como choque, lesões, simulação de fuzilamento, nudez forçada, roleta russa, asfixia, temperaturas extremas e privação do sono. Dentro dessas quase 36 mil pessoas, 3399 mulheres foram ouvidas, quase todas disseram ter sido objeto de violência sexual, trezentas e dezesseis alegaram ter sido estupradas e treze engravidaram dos agressores.

Dois meses após a tomada de poder pelos militares, o povo tomou conhecimento do chamado Plano Zeta. O plano foi supostamente criado sob a alegação de que a Unidade Popular estaria tramando um autogolpe, tendo sido o golpe dos militares uma tentativa de impedir um governo totalitário liderado pelo *Movimiento de Acción Popular Unitario*, só que esse plano nunca existiu. Tudo isso foi apenas uma motivação para a chamada Caravana da Morte, que assassinou todos os dirigentes da Unidade Popular.

Em 1974 foi criada a DINA (*Dirección de Inteligencia Nacional*), uma polícia secreta treinada pela CIA na Escola das Américas. Seu primeiro grande ato foi naquele mesmo ano e se deu com a morte do general Carlos Prats, que estava exilado em Buenos Aires. Já em 1976, assassinaram o embaixador do Chile nos EUA, Orlando Letelier, em uma operação conjunta com a CIA, pois este era contra o governo de Pinochet.

A aliança com os Estados Unidos resultou na elaboração da Operação Condor, em 1975. A operação tinha como objetivo eliminar qualquer grupo que fosse contrário aos regimes militares do Cone Sul, não só no Chile, mas também na Bolívia, Paraguai, Argentina, Brasil e Uruguai. A ideia da operação foi disseminada pelas Escolas de Guerra através da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Assim, a aplicação dos princípios da DSN nos países latino-americanos assumiu o perfil da violência estatal e, na maioria dos casos, de Terror de Estado.

Podemos notar, também, que a via do golpe militar chileno, era admitida como uma possibilidade de volta a ordem e estabilidade no Chile. Os salvadores da pátria chilena, exército, estavam ali quando seu país necessitou. E para o salvar pediam apenas uma coisa em troca, a liberdade de seu povo. Como um pai que diz a seu filho que lhe obedeça cegamente, pois ele é mais experiente e apto a resolver uma determinada situação, os militares do Chile tomaram o poder e disseram ao povo chileno que se calasse e o obedecesse. (MELLO, 2013, p. 65)<sup>21</sup>

É importante ressaltar que o impacto da violência no Chile fez com que as pessoas parassem de se solidarizar com o próximo, gerando uma indiferença social. O terrorismo ocasionou uma paralização em grande parte da sociedade, onde o medo de ser reprimido impedia que as pessoas ajudassem aqueles que eram perseguidos pelos militares. A pressão

---

<sup>20</sup> Disponível em: <[http://www.amnistia-internacional.pt/files/Pinochet\\_Factos\\_e\\_Numeros.pdf](http://www.amnistia-internacional.pt/files/Pinochet_Factos_e_Numeros.pdf)>

<sup>21</sup> In ALVES, C.; PADRÓS, E. 2013.

psicológica exercida sobre a população foi tão grande que muitas pessoas chegavam à conclusão de que se estava havendo perseguição era porque mereciam o que estava acontecendo. Assim, a militância e a resistência contra o regime foi perdendo força.

O Chile passou a ser um país isolado politicamente, sofrendo retaliação da ONU e da OEA, seu único apoio era os Estados Unidos. Esse isolamento se deu principalmente devido ao fato de que a esquerda chilena não tinha mais força, o país não tinha mais uma oposição que fizesse a diferença. Uma das poucas organizações de esquerda que permaneceram de pé durante o regime ditatorial foi o MIR, que procurou resistir por via armada, mas não tinha mais que dois mil militantes. Logo nos primeiros anos da ditadura, os líderes do MIR foram mortos, o que terminou ocasionando a dissidência dos militantes, pois não tinham mais uma voz a qual obedecessem.

O maior inimigo da ditadura militar chilena era o povo. Isso decorre do fato da ideologia marxista estar fortemente presente na sociedade. Assim, numa tentativa de conter o inimigo, os militares decidiram reprimi-lo. Logo, o período ditatorial não foi mais que uma guerra ideológica de perseguição a políticos de esquerda, líderes sindicais e estudantis. Dentro dessa guerra ideológica, o principal aparato utilizado é a imprensa, o que não foi diferente no Chile. Os militares tomaram conta dos principais meios midiáticos, entre eles estava o Canal Nacional, principal canal de televisão do país pois era o único que chegava a todo o país, submetendo grande parte da população ao discurso de Pinochet.

Sob esse ponto de vista, fica claro que o objetivo maior do regime era o de reformar a mentalidade do povo chileno, criando um novo sistema de crenças e ideias. Foi justamente para que esse objetivo fosse atingido, que os militares fizeram uso do terrorismo de Estado, para que ao se sentirem ameaçadas, aterrorizadas, as pessoas abandonassem suas ideias e ideais. As Forças Armadas permaneceram no poder por tanto tempo porque queriam refundar o país, criar uma nova grande nação capitalista. A luta armada foi importante, mas o ponto principal era mudar a mente das pessoas.

Mas por que foi importante uma guerra social no caso do Chile? Pelo conceito de subversão. Os militares chilenos, por sua trajetória histórica, associavam a ideia de subversão à pobreza. Para eles, por que o Partido Comunista e Socialista tinham tanta tradição? Como era possível que o marxismo tivesse chegado ao poder por via democrática? Porque o Chile era um país pobre e subdesenvolvido, e, portanto, a pobreza era o que atraía o marxismo. E de que forma se poderia superar essa ideologia maligna? Superando a pobreza! Nesse sentido, as Forças Armadas se propuseram desde o princípio a superar os níveis de estancamento econômico que havia no Chile. Deveriam construir um novo projeto modernizador para transformar o país e trazer crescimento econômico; esse crescimento deveria eliminar o que se chamava de “extremamente pobres”, os marginais, os das favelas; e em terceiro lugar, este projeto modernizador deveria terminar com a influência dos partidos. Deveria despolitizar, entendendo por despolitizar, eliminar a influência dos partidos. Assim, deveria ser um projeto global que respondesse aos problemas econômicos, sociais e políticos. Esse

projeto ficou pronto apenas em 1978, provindo dos civis, mas também de elementos das Forças Armadas. (ZÁRATE, 2013, p.22)

Nos primeiros anos da ditadura, o plano econômico teve como foco a substituição de importações e o protecionismo econômico. A inflação no país continuou a subir e logo em 1974 a recessão econômica voltou. No ano seguinte, Pinochet reuniu os chamados *Chicago Boys*, grupo de economistas chilenos que se formaram na Universidade de Chicago. Assim, ele apresentou um plano econômico com um viés neoliberal, baseado na Escola de Chicago, destacando aspectos como o livre-mercado, a valorização da propriedade privada e do empreendedorismo, livrando-se da centralização estatal do governo de Allende. A ideologia desses economistas contrastava não só com a realidade do Chile, mas também com a de todos os países da América Latina. Foi adotado o modelo de Estado mínimo neoliberal, onde todas as empresas que antes haviam sido nacionalizadas agora faziam parte do capital privado, incluindo o sistema financeiro. Em 1977 já era possível notar um aumento nas exportações, bem como de créditos e empréstimos externos, reativando a economia e iniciando o “milagre econômico chileno”. No entanto, em 1978, depois de acontecida toda a desestatização, os militares plantaram o que Zárate (2013, p.22)<sup>22</sup> chama de utopia, pois a sociedade seria autorregulada pelo mercado, sem a necessidade de interferência do Estado. Assim, eles privatizaram também a previdência social, a saúde e a educação. O Estado só se preocuparia com os mais pobres, que os militares queriam doutrinar e extirpar.

Foi num cenário de toque de recolher, estado de sítio e censura que a Constituição de 1980 foi promulgada, institucionalizando a ordem ditatorial e a centralização do poder executivo. A constituição previa uma transição governamental de 8 anos, onde a Junta Militar se reuniria e elegeria um novo presidente.

No ano seguinte ao estabelecimento da nova Constituição, o milagre econômico entrou em declínio. Os créditos e empréstimos passaram a ser o maior problema, aumentando as dívidas interna e externa e mostrando a fragilidade da economia do país, que entrou em recessão. O poder de compra dos trabalhadores diminuiu e a taxa de desemprego aumentou, atingindo cerca de um terço da força de trabalho chilena. As escolas foram privatizadas, aumentando o número de jovens que abandonaram os estudos, e os camponeses começaram a fugir do país, pois não tinham como pagar suas dívidas.

Em 1975, Jaime Guzmán criou a Frente Juvenil de Unidade Nacional, que dava respaldo ao regime militar, essa frente terminou por se tornar o movimento gremialista. Guzmán passou a ser um conselheiro próximo de Pinochet, influenciando na Constituição de 1980. Assim, ele

---

<sup>22</sup> In ALVES, C.; PADRÓS, E. 2013.

“criou” um sistema neopresidencialista, onde Pinochet quase não tinha mais atribuições, pois criou-se órgãos supra executivos, como o Conselho de Segurança Nacional e o Tribunal Constitucional, o qual tem o poder – até hoje – de revogar as leis aprovadas pelo Congresso.

Três anos após a promulgação da nova Constituição, em meio à crise financeira, os estudantes e sindicatos se mobilizaram e ergueram barricadas exigindo o retorno da democracia e o fim da ditadura. Os carabineiros (polícia militar chilena) realizaram prisões em massa nesse dia e o episódio ficou conhecido como Maio de 83. Nos anos seguintes foi formada a Comissão Nacional contra a Tortura, que favoreceu a reorganização dos grupos de oposição, que tiveram apoio dos cubanos e dos soviéticos. Em 1986, a Frente Patriótica Manuel Rodríguez – braço armado do Partido Comunista Chileno – disparou suas metralhadoras contra Pinochet, cinco seguranças foram mortos e onze ficaram feridos, mas o general só teve um corte na mão.

No ano de 1988, conforme previsto na Constituição, foi realizado um plebiscito que supostamente daria a Pinochet mais oito anos de governo. Contudo, a população, agora consciente das violações dos direitos humanos e com a existência de uma pequena imprensa de oposição, votou contra a permanência do general no poder, permitindo as eleições diretas em 1989 e a posse de Patricio Aylwin, da Democracia Cristã, em 1990, marcando o fim da ditadura chilena.

Pinochet continuou como comandante-chefe do Exército até 1998, quando assumiu o cargo de senador. Nesse mesmo ano, viajou a passeio para a Inglaterra, mas quando chegou lá, descobriu que estava com um sério problema de saúde e precisava ser operado com urgência. Aproveitando a oportunidade, o juiz espanhol Baltasar Garzón pediu sua extradição para que fosse julgado pelos crimes de atentado aos direitos humanos. Depois de quase um ano e meio de batalha judicial, Jack Straw, chanceler britânico, ordenou sua extradição para o Chile. Em 2004 a Suprema Corte do Chile decidiu que o ex-ditador estava mentalmente apto para ser julgado, o que ocasionou sua prisão domiciliar no mês de dezembro. Pinochet faleceu em 2006 após uma complicação derivada de um enfarte do miocárdio.

### 3.3 A herança do regime ditatorial

Antes de deixar o governo, Pinochet trabalhou exaustivamente na elaboração de leis para que o seu plano de governo sobrevivesse no governo democrático que estava por vir. Cerca de duzentas e vinte novas leis foram promulgadas antes que Aylwin assumisse o poder. Assim, as heranças políticas da ditadura foram variadas.

O legado da ditadura influenciou várias instituições políticas, econômicas e sociais, além de poder tomar a forma de uma memória repressiva e manipulada pelos atores que fizeram

parte do regime. Essas heranças terminam por se tornar sérios obstáculos para a democracia de fato, pois mostram a força que o projeto político da ditadura teve.

Para Eric Santos:

A transição chilena correspondeu a uma mudança de regime pela via da negociação, estratégia resultado da convergência entre fatores como: a capacidade da classe política em canalizar a transição em um cenário de negociações e compromissos; a autorrestricção da oposição frente às regras impostas pelo regime; o decréscimo da mobilização e o isolamento dos setores subversivos; e por fim, o respaldo social captado pelo governo autoritário. Dessa maneira, o nível de interação entre ambos fatores nos auxiliaria a precisar como é possível que um projeto autoritário e suas heranças se prolonguem para além do seu término. (2014, p.171-172)

A ditadura chilena teve um grande respaldo da população, o que dificultou ainda mais a redemocratização do país, além do alto grau de institucionalização política que aconteceu durante o governo de Pinochet. O sociólogo Manuel Garretón (1992) estabeleceu três principais enclaves para o processo de democratização do país: institucional, relativo aos aspectos legais da Constituição; de atores, ou seja, as Forças Armadas, os empresários e os partidos de direita; e o ético-simbólico, que englobaria os direitos humanos. Além disso, ele sinaliza a existência de um quarto enclave, ligado à construção das identidades e as relações estabelecidas entre Estado e sociedade.

O projeto neoliberal dos *Chicago Boys* foi o maior legado deixado pelo governo de Pinochet. A mínima participação do Estado fez com que suas responsabilidades relativas à saúde e escolas, por exemplo, fossem transferidas para os municípios, então se o cidadão precisasse de algo como um auxílio desemprego, deveria recorrer à comuna e não ao Estado central. Assim, quando o processo de redemocratização teve início, a população não fez questão que o plano econômico mudasse, ou que as nacionalizações de Allende retomassem, fazendo com que a cartilha econômica de Pinochet permanecesse.

Buscando grandes mudanças, o modelo neoliberal conseguiu mudar a relação entre Estado e sociedade. Entretanto, mesmo buscando o livre mercado a ditadura não conseguiu mudar a função dos partidos no que diz respeito à organização e mediação das demandas sociais. Nessa perspectiva, os partidos políticos mantiveram-se como os principais autores do processo de redemocratização chileno. Ademais, os sindicatos, organizações estudantis, associações de bairro e entidades de classe conseguiram retomar o seu espaço na política do país, não se deixando serem contidos pela Junta Militar.

Após a posse de Aylwin, o retorno das eleições livres, a restauração das liberdades civis e políticas, a restauração dos partidos políticos e a separação dos poderes do Estado, mostra que o Chile já estava vivendo em democracia. Além disso, o próprio espírito democrático que se

instalou na população antes mesmo do fim da ditadura mostrou o desejo da população pela redemocratização.

## Considerações Finais

No decorrer deste projeto monográfico, podemos perceber a influência do estado de exceção, da Doutrina de Segurança Nacional e do terrorismo de Estado no regime ditatorial chileno. Isso ocorreu porque a aplicação dos princípios da doutrina assumiu uma postura de terror de Estado, configurando o próprio Estado como um instrumento repressivo. Assim, essa percepção de Segurança Nacional através da repressão, legitimou a violência utilizada como uma forma de prevenir qualquer ameaça em potencial, que no Chile se consagrou, segundo a ótica dos militares, através do comunismo.

O governo de Salvador Allende seguiu a ideologia marxista, realizando reformas sociais e obtendo enorme participação popular. Contudo, o mundo estava vivenciando a Guerra Fria e, com o apoio dos Estados Unidos, a junta militar conseguiu tomar o poder das mãos de Allende. É importante destacar que tal fenômeno ditatorial ocorreu não só no Chile, mas também no Brasil, Argentina, Peru e Uruguai.

O estado de sítio, bem como a supressão dos direitos dos indivíduos, prevaleceu durante todo o período ditatorial chileno. Todos aqueles que se opunham ou possuíam ideias diferentes das do governo eram perseguidos, torturados ou até mesmo mortos. A população passou a temer o Estado devido à cultura de terror por ele implantada, cultura esta justificada pela DSN, onde a ameaça inimiga – o comunismo – deveria ser eliminada. Sob essa ótica, a DSN se fundamenta em uma forte ideologia anticomunista, sendo o inimigo interno a maior ameaça ao Estado.

A imposição do regime autoritário no Chile teve grandes consequências tanto internas quanto externas. Vários países e organizações internacionais condenaram o modo como Pinochet governava o país devido à grande repressão, perseguição e tortura que aconteceu, tornando o Chile cada vez mais isolado politicamente. A tomada de poder no país se deu pelo interesse de dois grupos específicos: os militares e a burguesia, sendo uma ditadura de cunho civil-militar. No comando de Pinochet, o país passou a ser um “laboratório” neoliberal, com grande favorecimento ao capital estrangeiro, além do grande número de empresas privatizadas no período. Assim, a população passou a enfrentar uma guerra ideológica contra o capitalismo, onde houve uma tentativa de doutrinação por parte do Estado, uma vez que o mesmo detinha o controle da imprensa do país.

A destruição do plano econômico de Allende, a reforma da economia chilena e a imposição do livre-mercado construíram as bases para a prosperidade econômica de hoje no país. Antes do golpe, o Chile passava por uma profunda recessão devido à tentativa de reforma agrária, à nacionalização dos minérios e a criação da área de propriedade social, estatizando

grande parte das empresas do país. Enquanto isso, no governo de Pinochet, a participação do Estado na economia era mínima.

As reformas econômicas do regime, que vieram a ser sua maior herança para a população, chegaram a promover um “milagre econômico”, a partir do momento que conseguiram driblar a inflação e atrair investimentos internacionais para o país. Embora o projeto tenha entrado em colapso e fracassado durante um período, gerando desemprego e pobreza, em 1985, perto do fim da ditadura, o quadro foi revertido chegando até mesmo a dobrar o PIB do país. Dessa forma, Pinochet trabalhou para assegurar seu legado, através de leis, nos últimos meses de governos, herança esta que foi consolidada, através da economia, sendo o Chile hoje um dos países mais ricos da América Latina.

A transição democrática se deu de forma bastante conturbada devido à bipolaridade interna do país. Assim, a reconstrução da unidade nacional foi bastante difícil devido a essa polarização conflituosa, entre direita liberal e esquerda marxista, sustentada pela repressão política. Segundo Elizabeth Lira (2011), a necessidade de “esquecer o passado e perdoar” foi amplamente rejeitada, principalmente pelas vítimas. Sob essa ótica, a retomada do Estado de direito e a possibilidade de liberdade são mais importantes que a permanência do legado econômico da ditadura, muito embora a cicatriz deixada pelas sucessivas violações aos direitos humanos, por parte dos militares, nunca irá se apagar.

### Referências Bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção. Homo sacer II, 1**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGGIO, Alberto. **Frente Popular, Modernização e Revolução Passiva no Chile**. São Paulo: Revista Brasileira de História, vol. 17 n. 34, 1997.
- \_\_\_\_\_. **O “momento Allende”: Entre reforma e revolução**. Brasília: Revista de Política e de Cultura, ano VII, nº 21, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Uma insólita visita: Fidel Castro no Chile de Allende**. Franca: História vol.22 no.2, 2003.
- ALVES, Clarissa de Lourdes Sommer; PADRÓS, Enrique Serra. **II Jornada de Estudos sobre Ditadura e Direitos Humanos: Há 40 anos dos golpes no Chile e no Uruguai**. Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2013.
- AVILA, Carlos Federico Domínguez. **Reflexões sobre um outro onze de setembro: O golpe no Chile quarenta anos depois**. Brasília: Boletim Meridiano 47, vol. 14, n. 139, 2013.
- BOBBIO, Norberto. **A Teoria das Formas de Governo**. Brasília: Ed. UnB. Brasília, 10ª Edição, 1988.
- \_\_\_\_\_; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. UnB, 11ª Edição, 1998.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.
- BUONICORE, Augusto. **Chile: os mil dias da Unidade Popular (1970-1973)**. Disponível em: <<http://laurocampos.org.br/2009/09/chile-os-mil-dias-da-unidade-popular-1970-1973/>> (Acesso em 27/05/2016).
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência**. Maringá: Psicologia em Estudo, v. 5, n. 2, 2000.
- COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- FILHO, Jaime de Carvalho Leite. **Anotações e reflexões sobre o Terrorismo de Estado**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.
- FORRESTER, Viviane. **O Horror Econômico**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- GARRETÓN, Manuel Antonio. **A redemocratização no Chile: transição, inauguração e evolução**. São Paulo: Lua Nova, nº 27, 1992
- GONÇALVES, Eugênio Mattioli. **Princípios da Razão de Estado em O Príncipe, de Nicolau Maquiavel**. Filogenese, vol. 3, nº 01, 2010. Editora da Unesp.
- HILLANI, Allan. **Entre a democracia e o Estado de exceção: a ação política para além do voto**. Curitiba: Anais da XIV Jornada de Iniciação Científica, vol. 1, n. 3, 2012.

- JACKSON, R., MURPHY, E., POYNTING, S. *Contemporary State Terrorism – Theory and Practice*. Nova Iorque: Routledge, 2010.
- KIRBY, Enrique Cañas. *Transición chilena em los ochenta: claves de una transacción exitosa en perspectiva comparada*. Santiago: Revista de Ciencia Política, 1992.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 5ª Edição, 2003.
- LIRA, Elizabeth. *Chile: Dilemmas of Memory*. In: LESSA, Francesca; DRULIOLLE, Vincent. *The memory of state terrorism in the Southern Cone – Argentina, Chile and Uruguay*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 1ª Edição, 2011.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. E-book. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/principe.pdf/>> (Acesso em 03/02/2016).
- MERMELSTEIN, Waldo. **O outro 11 de Setembro: a tragédia chilena**. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/16756/>> (Acesso em: 28/05/2016).
- MORGENTHAU, H.J. **A Política Entre As Nações: A Luta Pelo Poder e Pela Paz**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.
- NEGRI, Camilo. **As dificuldades de implementação da Via Chilena ao Socialismo: análise do impacto de três propostas econômicas**. Porto Alegre: Revista de História da Unisinos, vol. 16 n° 1, janeiro/abril de 2012.
- NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais – Correntes e Debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- O'DONNELL, Guillermo. *Estado, Democratización y Ciudadanía*. Nueva Sociedad, n° 128. 1993.
- PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional – Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- \_\_\_\_\_. **América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado**. Revista História & Luta de Classes, v.04. 2007.
- PROCÓPIO, Argemiro. **Terrorismo e Relações Internacionais**. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, vol.44 no.2, 2010.
- RAPOSO, Álisson Campos. **Terrorismo e contraterrorismo: desafio do século XXI**. Brasília: Revista Brasileira de Inteligência, vol. 3 n° 4, 2007.
- SANTOS, Eric Assis dos. **A transição à democracia no Chile: rupturas e continuidades do projeto ditatorial (1980-1990)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2014.
- SARFATI, Gilberto. **Teoria de Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

- SCHIMID, Alex P. *The Routledge Handbook of Terrorism Research*. Nova Iorque: Routledge, 2011.
- SCHMITT, Carl. **Teologia política**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
- SILVA, Roberto Romano. Transcrição da aula magistral da Unicamp em 03/05/2012. Disponível em: <<http://silncioerudoasatiraemdenisdiderot.blogspot.com.br/2012/11/minha-aula-sobre-razao-de-estado-mantem.html/>> (Acesso em 29/11/2015).
- SZKLARZ, Eduardo. **Augusto Pinochet: o grande ditador**. 2012. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/augusto-pinochet-grande-ditador-434957.shtml/>> (Acesso em 28/05/2016).
- SMIRNOW, Gabriel. *The Revolution Disarmed: Chile 1970 – 1973*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1979.
- TELES, Patrícia Galvão. **Terrorismo e Relações Internacionais**. Disponível em: <[http://janusonline.pt/2003/2003\\_2\\_2\\_4.html/](http://janusonline.pt/2003/2003_2_2_4.html/)> (Acesso em 04/02/2016)
- WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva Publicações, 2002.
- WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1989.
- WILLIAMS, Paul. *Security Studies an Introduction*. Routledge. Nova Iorque, 2008.
- WITCKER, Ivan. *Occidente ante las nuevas tipologías del terrorismo*. Santiago: Estudios Públicos, nº 98, 2005. Disponível em: <[http://www.cepchile.cl/dms/lang\\_1/doc\\_3551.html/](http://www.cepchile.cl/dms/lang_1/doc_3551.html/)> (Acesso em 15/04/2016).